

JOSIANE DA LUZ DIAS

LINGÜÍSTICA NA FILOSOFIA: OS TERMOS SINGULARES DE ZENO VENDLER

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras (área de concentração: Lingüística) do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

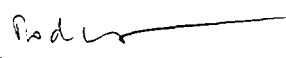
Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto

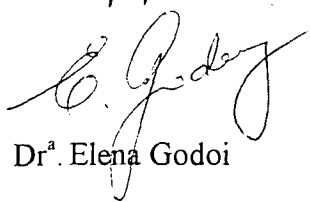
CURITIBA
1998

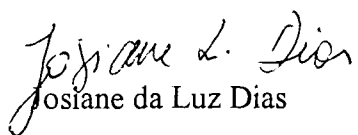
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ata centésima quadragésima quinta, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de Mestre, a que se submeteu a mestranda **Josiane da Luz Dias**. No dia quatorze de abril de um mil novecentos e noventa e oito, às quatorze horas, na sala 1013, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **José Borges Neto, Rodolfo Ilari e Elena Godoi**, designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada **LINGÜÍSTICA NA FILOSOFIA: OS TERMOS SINGULARES DE ZENO VENDLER** apresentada por **Josiane Da Luz Dias**. A sessão teve início com a apresentação oral do mestrando sobre o estudo desenvolvido, tendo o Professor Doutor José Borges Neto, na presidência dos trabalhos, concedido a palavra, em seguida, a cada um dos examinadores para sua arguição. A seguir, a mestranda apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor José Borges Neto retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Prof. Dr. José Borges Neto conceito A ; Prof Dr.Rodolfo Ilari, conceito A e o Prof.ª Dr.ª. Elena Godoi, conceito A Em seguida, o Senhor Presidente declarou **APROVADA**, com nota 9,0 (nove inteiros), conceito final **A**, a mestranda Josiane da Luz Dias, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Lingüística**. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela Candidata. Feita em Curitiba, no dia quatorze de abril de um mil novecentos e noventa e oito.x.x.x.x.x.x.x.x.


Dr. José Borges Neto


Dr Rodolfo Ilari


Dr.ª. Elena Godoi


Josiane da Luz Dias

À memória de minha mãe, Adelina

A Sérgio e Lucas

Todos, só porque falam, crêem poder falar da língua também.

Goethe

*Se descreveres o mundo tal qual é,
não haverá em tuas palavras senão muitas mentiras e
nenhuma verdade.*

Tolstói

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meu profundo agradecimento ao Professor José Borges Neto, meu orientador, que com suas críticas e sugestões tornou a realização deste trabalho possível.

Agradeço também a Sérgio, meu companheiro, e Lucas, meu filho, pelo apoio, carinho e compreensão.

RESUMO

A questão da problemática dos termos singulares tem despertado, principalmente neste século, o interesse tanto de lógicos como de linguistas. Isto se deve à importância destes termos para a construção de uma teoria referencial e para a contribuição da definição do valor de verdade dos enunciados em que ocorrem. O objetivo principal deste trabalho é apresentar a abordagem do filósofo/linguista Zeno Vendler sobre os termos singulares, por meio da tradução do seu ensaio "Singular Terms". A fim de compreender o trabalho de Vendler sobre este assunto, há dois capítulos de caráter histórico anteriores à tradução: o primeiro contextualiza o trabalho deste autor dentro da tradição de filosofia analítica e o segundo apresenta as principais discussões referentes à conceitualização e caracterização dos termos singulares realizadas por alguns importantes filósofos.

ABSTRACT

Throughout the twentieth century the question of singular terms has attracted the interest of logicians and linguists. This is due to fundamental importance of these terms for the construction of a theory of reference as well as for its contribution to the notion of truth of the utterances in which they occur. The main objective of this dissertation is to present the approach of philosopher/linguist Zeno Vendler to singular terms through the translation into Portuguese of his essay "Singular Terms". In order to better clarify Vendler's work on this topic, the translation in question is preceded by two chapters of historical content: the first one puts Vendler's work into the context of analytical philosophy tradition and the second one presents the most relevant discussions concerning the definition and characterization of singular terms according to some important philosophers .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 LINGÜÍSTICA NA FILOSOFIA.....	11
1.1 Filosofia Analítica: Breve Histórico.....	13
1.2 Filosofia da Linguagem Ideal e Ordinária.....	17
1.3 A Contribuição de Frege.....	19
1.4 A Filosofia de Wittgenstein.....	24
1.5 Linguística na Filosofia: um encontro, afinal.....	30
1.6 O Trabalho de Zeno Vendler.....	33
2 A REFERÊNCIA.....	38
2.1 Termos Singulares.....	41
2.2 Nomes Próprios e Descrições Definidas.....	43
2.3 Mill.....	47
2.4 Frege.....	50
2.5 Russell.....	53
2.6 Kripke.....	55
2.7 Descrições Indefinidas.....	57
2.8 Condições para Referência.....	60
2.9 Problemas acerca da Existência.....	62
3 TERMOS SINGULARES de Zeno Vendler - Algumas Considerações.....	76
4 TERMOS SINGULARES, de Zeno Vendler.....	80
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

INTRODUÇÃO

O objetivo principal de nosso trabalho é apresentar a questão da problemática existente em torno dos termos singulares, principalmente no que se refere ao comportamento dos nomes próprios e das descrições definidas.¹ Estes termos, que ocorrem com bastante frequência na língua fazendo a ligação nome/objeto, ocupam papel central no processo referencial, adquirindo grande importância para as investigações de caráter não só filosófico, mas sobretudo linguístico.

A idéia original que motivou a realização dessa dissertação advém do trabalho do filósofo/linguista Zeno Vendler intitulado “Singular Terms”. Neste ensaio, Vendler investiga a natureza e o comportamento dos termos singulares, principalmente dos nomes próprios e das descrições definidas, aliando conhecimentos lógicos e linguísticos na sua análise conceptual. Este ensaio, que é o segundo capítulo do seu livro *Linguistics in Philosophy*, publicado em 1967, alcançou bastante repercussão no meio acadêmico no início da década de setenta e

¹ Gostaríamos de observar que, como vamos utilizar basicamente o trabalho de Vendler como referência, não vamos abordar questões mais recentes sobre o assunto.

é hoje considerado um clássico.

Como o trabalho de Vendler está inserido dentro dos estudos de filosofia analítica resolvemos, antes de abordarmos diretamente seu ensaio sobre os termos singulares, fazer todo um percurso histórico para melhor compreender seu trabalho. Nesse sentido, um dos objetivos secundários de nossa dissertação é o de contextualizar o pensamento de Vendler acerca dos termos singulares mediante uma análise histórico-evolutiva do tema e uma exposição de algumas das principais discussões envolvendo a conceitualização dos nomes próprios e das descrições definidas.

Assim sendo, no primeiro capítulo apresentaremos um breve histórico da contribuição, para os estudos de filosofia analítica, do pensamento de alguns dos mais representativos filósofos deste século sobre a questão da relação linguagem/mundo e, principalmente, do sentido e referência das palavras.

No segundo capítulo apresentaremos algumas das definições e discussões fundamentais feitas por importantes pensadores sobre a questão da referência enfatizando, principalmente, a questão dos nomes próprios e descrições definidas.

Por último, finalmente, apresentaremos a tradução do ensaio “Singular Terms” de Vendler, seguida de uma breve introdução ao seu trabalho. Dois objetivos principais motivaram nossa tradução desse texto: 1) mostrar, no próprio processo de tradução dos exemplos utilizados pelo autor, apesar de algumas discrepâncias, a pertinência e importância da análise vendleriana para o exame do comportamento dos termos singulares em português; e 2) facilitar o acesso desse trabalho, em língua portuguesa, para os interessados em estudar este tema.

1

LINGUÍSTICA NA FILOSOFIA

A questão da relação da linguagem com o pensamento ou com a representação do mundo e investigações sobre sua origem e estrutura, são assuntos que têm despertado o interesse de muitos filósofos e estudiosos da linguagem humana desde os mais remotos tempos. Dentro deste contexto, um dos tópicos mais trabalhados e analisados por diversos autores é justamente um dos atos mais comuns e elementares praticados pelos falantes de uma língua: o ato de nomear. Ou seja, como e através de que mecanismos este ato se dá? Qual a relação dos nomes com os objetos? Como conhecemos e definimos o significado destes objetos (e de que tipo são estes objetos)? Os significados estão no mundo ou em nossas mentes? Afinal, muitas perguntas, aparentemente simples, surgem quando pensamos analiticamente sobre o ato da nomeação, pois é por meio desta função, efetivamente, que construímos o mundo e com ele nos relacionamos.

Ao leigo, esses questionamentos podem parecer um tanto complicados e até mesmo infundados, já que para ele o ato de nomear é algo que se dá naturalmente, sem maiores problemas ou implicações filosóficas. Ele simplesmente refere-se às coisas. Para este falante, o próprio conceito de referência é uma verdade auto-evidente, algo que não precisa ser explicado ou ensinado: faz parte do conhecimento da língua.

Mas, ao percorrermos a história das investigações filosóficas, lógicas e lingüísticas realizadas sobre a questão da referência, perceberemos que, de Aristóteles a Kripke, passando por Stuart Mill, Frege, Russell e Wittgenstein, entre outros, muitas foram as tentativas de esclarecer e explicar esta função da linguagem.²

Qualquer teoria que trate da relação linguagem/mundo será definida pela noção de referência e por uma visão ontológica particular. Além disso, falar em referência também vai envolver uma formulação do conceito de significado e de verdade. Isto é, a expressão, para referir, tem que cumprir certas condições e é através do conhecimento dessas condições que saberemos se a referência se dá ou não. Em muitos casos ainda, o modo de referir é mais importante do que o próprio referente.

Para podermos abordar a questão da referência, e mais especificamente dos termos singulares, faremos antes, neste capítulo, um pequeno percurso por alguns momentos importantes da filosofia deste século para sabermos quando, como e por que as investigações relacionadas à linguagem passaram a ocupar o primeiro plano, despertando o interesse de muitos filósofos e lógicos. Importante ainda é salientar que, decorrentes destas investigações, surgiram trabalhos de fundamental relevância para a construção das principais teorias semânticas e sintáticas deste

² Cf. COSTA (1988).

século. Ou melhor, podemos dizer que foi a partir da discussão e análise de questões sobre a linguagem, abordadas através de diferentes enfoques, que o desenvolvimento de teorias revolucionárias e elaboradas sobre sua origem e funcionamento foi possível.

1.1 Filosofia Analítica: Breve Histórico

Apesar dos questionamentos sobre a linguagem e sua relação com a realidade não serem nada recentes no meio filosófico, pois remontam aos filósofos gregos, foi somente no final do século XIX que ela, a linguagem, passou a ser um dos temas centrais da filosofia. Isto porque alguns filósofos, motivados por uma nova visão de mundo em que o desenvolvimento da lógica e da ciência instauravam um novo rigor metodológico, abandonam o questionamento de ordem metafísica e passam a ocupar-se da análise e esclarecimentos de enunciados e conceitos científicos. Isto é, percebendo que muitos dos problemas da filosofia e do conhecimento estavam relacionados às dificuldades e limitações da linguagem comum, com suas ambiguidades e imperfeições, estes filósofos voltaram sua atenção para uma análise crítica e lógica desta linguagem, já que é através dela que nossos pensamentos são expressos. É importante enfatizar que um grande salto foi dado a partir desta nova maneira de se tratar os assuntos de ordem filosófica. Até então, o objeto das especulações dos filósofos era de ordem metafísica. Questões gerais acerca da *existência*, do *ser*, da *verdade*, do *bem*, eram centrais na filosofia.

Entretanto, a partir do momento em que questões sobre a linguagem e principalmente sobre o significado passam a ser objeto central da investigação

filosófica, podemos dizer que surge um novo método de se fazer filosofia, ou melhor, uma nova atitude filosófica.³

“O objeto da pesquisa filosófica não são mais as coisas e as ocorrências do mundo real ou ideal, mas enunciados e conceitos científicos, consistindo a função de uma investigação teórico-científica sobretudo em tornar claros os conceitos fundamentais e os procedimentos das ciências particulares.”⁴

Cabe ainda salientar que muitos destes filósofos, extremamente preocupados com o rigor da ciência, viam nos questionamentos de ordem metafísica um dos grandes entraves para o “desenvolvimento” da filosofia pois muitos dos problemas analisados em filosofia eram, segundo eles, *pseudoproblemas*. Estes pseudoproblemas eram decorrentes de um mau uso da linguagem e deveriam ser eliminados da filosofia, que deveria ter um rigor metodológico igual ao utilizado nas ciências (principalmente na matemática e na física). Num texto intitulado “The Future of Philosophy”⁵ Moritz Schlick, um dos fundadores do Círculo de Viena, questiona o porquê da filosofia, diferentemente da ciência, não apresentar um avanço ou uma unidade de conhecimento. Segundo ele, o caos existente em filosofia se origina no fato de que há tanta contradição entre os diferentes sistemas filosóficos, em que um filósofo sempre contradiz a teoria do outro e nunca chegam a um consenso, que é quase impossível acreditar que haja algum tipo de avanço nesta área como acontece

³ Cf. LACOSTE (1992), é a partir da publicação do *Begriffsschrift* (1879) de Frege que a filosofia contemporânea começa.

⁴ Cf. STEGMÜLLER (1977), p. 274.

⁵ Cf. SCHLICK (1968).

com a ciência e a tecnologia⁶. Segundo Schlick, o papel principal da filosofia deveria ser a clarificação lógica das proposições científicas. Em outras palavras, não caberia ao filósofo criar teorias sobre a realidade mas somente tornar claras as proposições da ciência sobre esta realidade. À ciência caberia a busca da verdade e à filosofia a busca do significado. Neste mesmo texto, em relação aos problemas filosóficos, ele diz que muitas questões, apesar de terem sido consideradas como questões filosóficas durante muitos séculos são falsas questões porque, apesar de serem construídas de acordo com certas regras gramaticais, não possuem sentido lógico.⁷ Ou seja, o objeto da filosofia seria, como citamos acima, a análise crítica da linguagem, a elucidação, basicamente, das proposições científicas.

Segundo Rudolf Haller⁸, a análise da linguagem tanto quanto a sua crítica sempre esteve presente na filosofia austríaca desde o seu início, que para ele se dá com a publicação de *Psicologia de um Ponto de Vista Empírico* (1874) de Franz Brentano. Uma das propostas do programa de pesquisa de Brentano é exatamente a aplicação de “métodos críticos e analíticos à linguagem como um meio de descobrir e remover ficções e pseudoproblemas da filosofia”⁹. Haller ainda afirma que foram os filósofos da Escola de Brentano, assim como os empiristas ingleses, em especial os

⁶ Ibid, p. 43

⁷ Ibid, p. 51

⁸ Cf. HALLER (1990).

⁹ Ibid, p. 20

influenciados por J. S. Mill, que tornaram as investigações lingüísticas centrais em suas pesquisas.

A questão da centralidade da linguagem em filosofia é considerada por alguns autores, entre eles o filósofo americano Richard Rorty¹⁰, como sendo a mais recente revolução filosófica deste século. A esta nova maneira de fazer filosofia ele chama de “filosofia lingüística” :

“I shall mean by “linguistic philosophy” the view that philosophical problems are problems which may be solved (or dissolved) either by reforming language, or by understanding more about the language we presently use. This view is considered by many of its proponents to be the most important philosophical discovery of our time, and, indeed, of the ages.” ¹¹

Esta visão, no entanto, não é compartilhada por grande número dos filósofos contemporâneos. Muitos consideravam esta maneira de fazer filosofia como sendo “um sinal de doença de nossos espíritos, uma revolta contra a própria razão”¹².

¹⁰ Cf. RORTY (1968)

¹¹ Ibid, p. 03

¹² Ibid

1.2 Filosofia da Linguagem Ideal e Ordinária ¹³

A filosofia analítica possui, segundo alguns autores¹⁴, duas vertentes metodológicas principais: a filosofia da linguagem ideal e a filosofia da linguagem ordinária. Em linhas gerais, podemos resumir da seguinte forma: a primeira é defendida por filósofos que, descontentes com as limitações da linguagem comum (pois esta, segundo eles, não reflete com exatidão a estrutura lógica de nossas expressões), resolvem recorrer a uma formalização da mesma, através dos recursos oferecidos pela lógica e pela matemática, em que os erros e ambiguidades seriam eliminados¹⁵. A linguagem deveria ser reformada porque seria inadequada às investigações filosóficas, pois como poderíamos compreender e interpretar a realidade através de um instrumento deficiente, que efetivamente não reproduz a estrutura desta realidade? Como participantes desta vertente, podemos citar Frege, Russell, o primeiro Wittgenstein¹⁶, Carnap e Quine.

Já na filosofia da linguagem ordinária, como o próprio nome diz, o objetivo principal dos filósofos não era a correção da linguagem comum em função de uma linguagem ideal. Estes filósofos partiam do pressuposto de que a linguagem comum é adequada às investigações filosóficas e que o problema estaria no fato de

¹³ Usamos a expressão “filosofia da linguagem” para designar, conforme ALSTON (1964), as investigações e análise de alguns conceitos em linguagem realizadas por filósofos analíticos. É claro que, ainda segundo Alston, a filosofia da linguagem não se limita especificamente a este trabalho: “há várias outras tarefas que os filósofos tipicamente se impõem. É a classificação de atos lingüísticos, ‘usos’ ou ‘funções’ da linguagem, tipos de termos, ...”

¹⁴ Cf. COSTA (1992), IMBERT (s/d) e LACOSTE (1992).

¹⁵ Para maiores informações sobre filosofia analítica, consultar bibliografia no final deste trabalho.

¹⁶ Sobre a definição de primeiro e segundo Wittgenstein, ver item 1.4, dedicado a este autor, mais adiante.

nos afastarmos do uso cotidiano das nossas expressões, pois o significado efetivo destas expressões encontram seus significados justamente através do uso:

“Uma convicção basicamente mantida entre os filósofos da linguagem ordinária é a de que a filosofia não deve, de maneira alguma, modificar o uso natural ou ordinário de nossas expressões, forçando-o a adaptar-se a pressupostos metafísicos sugeridos pela lógica matemática...Ele deve orientar-se essencialmente por uma investigação esclarecedora dos modos de uso, dos significados concretos das expressões em nossa linguagem ordinária, a qual serve como instância última de decisão.”¹⁷

Analisar e compreender o modo como a linguagem ordinária é utilizada torna-se agora fundamental. Considerando que é através do uso das palavras e/ou expressões que o significado se dá, vale lembrar que ele, o significado, pode mudar de acordo com o contexto. Alguns dos pensadores inseridos nesta vertente são o segundo Wittgenstein, Ryle, Austin e Strawson, entre outros.

Apesar de agruparmos certos filósofos como pertencentes a uma vertente ou a outra não implica que seus trabalhos partam exatamente dos mesmos pressupostos e cheguem obrigatoriamente às mesmas conclusões. Mesmo que, às vezes, tenham a mesma visão quanto à resolução dos problemas relacionados à linguagem, suas propostas de trabalho podem levar em conta fatos semânticos e até mesmo concepções de significado diferentes. Muitas vezes, também, as idéias de um têm influência sobre o trabalho do outro e as conclusões de um vem complementar e enriquecer a teoria do outro.

¹⁷ Cf. COSTA (1992), p. 29.

1.3 A Contribuição de Frege

Dentro do movimento da filosofia analítica, primeira vertente, devemos destacar o trabalho do alemão Gottlob Frege (1848-1925), que por muitos é considerado o fundador da moderna lógica matemática e o iniciador da filosofia da linguagem. Frege, preocupado em oferecer um fundamento mais seguro para a aritmética, projeto este em que a lógica é o instrumento principal, se depara com uma lógica incompleta, deficiente, que não oferecia recursos para seus propósitos, pois além de não ser capaz de representar todas as complexidades das relações e propriedades aritméticas, não era suficientemente formalizada, não corrigindo as imperfeições da linguagem ordinária. Ou seja, devido às lacunas existentes na lógica aristotélica¹⁸, não era possível, através de sua utilização, a realização de demonstrações matemáticas mais complicadas¹⁹. A crítica de Frege residia justamente no fato de que a lógica clássica era, aliás, muito presa a linguagem comum:

“Estas discrepâncias com o tradicional encontram sua justificação em que a lógica, até agora, sempre se ajustou muito estreitamente à linguagem e à gramática.”²⁰

¹⁸ São muitas as deficiências da lógica aristotélica em relação a lógica matemática, principalmente problemas referentes às regras de dedução. Através do uso de conectivos como “e”, “ou”, “se...então”, etc, foi possível a formulação de enunciados mais complexos. Além disso, a lógica aristotélica não trabalhava com predicados-relação, mas somente com predicados-atributo (cf. STEGMÜLLER 1977, p. 330-342).

¹⁹ Cf SANTOS (1989), p. 71.

²⁰ FREGE, G. *Conceptografia, Os Fundamentos da Aritmética e Outros Estudos* (Trad. Hugo Padilla), México, Universidade Estadual Autônoma de México, 1972. p. 10.

Para resolver este problema, Frege teve que se dedicar à criação de uma nova lógica, projeto este que desenvolveu na obra intitulada *Conceitografia, uma linguagem formular de pensamento puro* (1879), mais conhecida como *Conceitografia* ou, em alemão, *Begriffsschrift*. Esta nova lógica foi concebida a partir de uma língua simbólica artificial que seguia o modelo da linguagem matemática. Ou seja, Frege pretendia, através dessa conceitografia, que era composta de um sistema de signos “com uma definição estrita e unívoca”, expressar da maneira mais correta possível a estrutura de nosso raciocínio. Além disso, para evitar conclusões logicamente ilegítimas, Frege também criou um conjunto de regras de dedução formais e de axiomas lógicos. Podemos perceber que, através destes recursos em que a dedução se tornou um cálculo, foi possível a eliminação dos equívocos e imperfeições da linguagem comum. No prefácio desta obra -, Frege escreve:

“Se é uma tarefa da filosofia a de romper o domínio da palavra sobre o espírito humano, ao pôr a descoberto as ilusões que sobre as relações conceituais se impõem de um modo quase inevitável no uso lingüístico, ao libertar o pensamento da influência das propriedades dos meios de expressão linguística, então será a minha conceitografia, estendida para estes fins, um instrumento útil para os filósofos.”²¹

A partir de Frege, então, a lógica abandona a linguagem comum e passa a utilizar a matemática como base para a construção de um modelo de análise lógica.

Para se ter uma idéia do nível de simbolização e importância da conceitografia de Frege para a lógica, vale citar um exemplo:

²¹ Ibid

"O verbo 'é', por exemplo, pode ter três funções distintas: pode ser a cópula que, na concepção clássica, liga o sujeito ao predicado, como em 'o gato é negro'; pode exprimir uma identidade ('4 é 2 mais 2'); e pode, finalmente, servir para afirmar a existência de algo (il est des hommes qui...²²). Frege recorre portanto a três simbolizações distintas: o 'é' da cópula desaparece integrado no predicado que, em sua concepção, é formado por 'é negro'; a identidade é exprimida pelo sinal = ; a existência é colocada em evidência pela quantificação."²³

Frege também utiliza na sua lógica alguns termos da matemática. Na lógica clássica, a análise de uma frase consistia em decompô-la em sujeito e predicado. Isto é, há a atribuição de uma propriedade, como "mamífero", "ateniense" ou "vermelho" a um ser ou substância como "homem", "João" ou "mesa". Como esta forma de representar a realidade é muito limitada, Frege substitui estas noções clássicas de sujeito e predicado por função e argumento, permitindo assim uma ampliação da lógica que agora podia representar estruturas mais complicadas:

"essa substituição corresponde a uma mudança mais radical de ponto de vista: a unidade lógica deixa de ser o conceito e passa a ser a proposição. Segundo Frege, toda proposição admite um processo de decomposição que a reduz a uma expressão incompleta, comportando um ou mais lugares vazios e uma ou mais expressões que podem preencher esses lugares a fim de recompor a proposição. Assim, "dois é um número", decompõe-se em "dois" e "() é um número". A primeira expressão é completa, tem como significado um objeto; a segunda é incompleta, tem como significado uma função.

²² Em português, este sentido de "é" expressando existência acontece em casos alguns raros, como "Deus é."

²³ Cf. LACOSTE (1992), p.23.

Essa forma de análise estende-se a toda espécie de expressão. “A capital do Brasil”, por exemplo, decompõe-se em “A capital de ()” e “Brasil”, a primeira significando uma função, a segunda, um objeto. Estende-se, assim, à lógica a noção matemática de função.”²⁴

Mas Frege, ao trabalhar com questões referentes à linguagem, teve que, dando continuidade ao seu projeto de construir uma linguagem logicamente perfeita, reformular e introduzir algumas noções fundamentais para a filosofia contemporânea e para o desenvolvimento de uma teoria semântica. Tentaremos fazer, cientes de nossas limitações e das implicações decorrentes deste tipo de exposição, um resumo das principais distinções realizadas por Frege²⁵.

Muitas foram as contribuições de Frege. Entre elas podemos citar a substituição da noção de sujeito e predicado por função e argumento, citada acima, a distinção entre conceito e objeto, entre outras. Porém, a que no momento nos interessa é uma das suas distinções mais importantes e talvez uma das mais conhecidas: *sentido* (*Sinn*) e *referência* (*Bedeutung*) das expressões²⁶.

Toda expressão tem um referente e um modo específico de referir. *Grosso modo*, o *sentido* estaria relacionado ao modo por meio do qual a expressão designa o seu referente. A *referência* de uma expressão é o objeto por ela denotado. Podemos nos referir ao mesmo objeto através de sentidos diferentes. Há outras maneiras, por exemplo, de se referir ao planeta Vênus como a: “estrela da manhã” ou a “estrela da tarde”. “Vênus”, a “estrela da manhã” e a “estrela da tarde”, apesar de terem o mesmo objeto de referência, possuem sentidos diferentes. Depende, neste

²⁴ Cf. SANTOS, (1989) p.72

²⁵ Para um aprofundamento das idéias de Frege consultar bibliografia no final deste trabalho.

²⁶ Alguns autores costumam traduzir *Sinn* por *sentido* e *Bedeutung* por *significado*. Adotamos os termos utilizados por Paulo Alcoforado na sua tradução da obra de Frege *Lógica e Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Editora Cultrix, 1978.

caso, do ponto de vista do falante (se ele vê o planeta de dia ou de noite). Expressões como $4+4=10-2=16/2=4\times 2=8$, apesar de possuírem sentidos diferentes, possuem o mesmo objeto de referência.

A compreensão do sentido de uma expressão, entretanto, não garante o reconhecimento de sua referência²⁷. Podemos compreender o sentido de uma expressão mesmo que ela não possua referência. Por exemplo, não nos é difícil imaginar um ser que seja verde e que habite o planeta Marte ou então ou outro que seja metade mulher e metade peixe. Este é, aliás, um recurso muito utilizado em trabalhos de ficção. Muitas expressões da matemática e da física também se incluem nesta categoria. Frege cita o exemplo do “corpo celeste mais distante da Terra” ou então a expressão “a série que converge menos rapidamente”²⁸. Ambas as expressões, apesar de terem sentido, não possuem referência.

Ao contrário, segundo Frege, nenhuma referência é possível se ela não tem um sentido. Neste caso particular, o melhor exemplo seria sobre nome próprio, conceito este bastante discutido não só na obra de Frege²⁹, como também de muitos outros importantes autores. A primeira pergunta que poderíamos fazer seria: o nome próprio tem sentido? Se tem, qual será o sentido de um nome próprio como Antonio? O que é ou o que caracteriza um nome próprio? Certamente ele deve encontrar muitas referências no mundo, mas como definirmos o seu sentido? Esse assunto, que causou e ainda causa muita polêmica entre lógicos e filósofos deste século, será

²⁷ Cf. FREGE, (1978), p. 61-86

²⁸ Ibid, p. 63

²⁹ Ibid, p. 62

discutido no capítulo 2.

Para encerrarmos nossas observações sobre Frege, vale salientar que sua importância não decorre simplesmente da criação do seu sistema ideográfico, mas principalmente das implicações filosóficas de todo seu trabalho. Para ele a verdade não podia ser subjetiva, ou seja, ser produto da mente (consciência) de um sujeito, pois assim essa verdade estaria limitada e vinculada à percepção particular de cada indivíduo dentro de um contexto social e histórico específicos. Isto tem implicações sérias nas ciências, mais especificamente no que concerne às verdades científicas. Como falar em verdades científicas se elas estariam vinculadas à interpretações subjetivas de uma sociedade inserida num determinado contexto histórico? Segundo Frege, o pensamento não é um “fenômeno histórico e subjetivo” mas sim algo eterno, objetivo e real que pode ser captado e compreendido por qualquer indivíduo em qualquer época, sendo independente das representações de uma consciência individual ³⁰. Essas verdades, segundo ele, seriam encontradas nas ciências e seriam objetos da lógica.

1.4 A Filosofia de Wittgenstein

Como Frege, Wittgenstein foi um dos pensadores cujas idéias em muito influenciaram toda uma geração de estudiosos da linguagem. Nascido em Viena, 1889, conheceu Frege e, a conselho deste, foi fazer um curso ministrado por Russell em Cambridge. De acordo com alguns especialistas, a obra de Wittgenstein pode ser

³⁰ Cf. FREGE (1978), p.65

dividida em dois períodos, representando “duas filosofias” ³¹completamente distintas: o 1º quando da publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1921 e o 2º, marcado pela publicação póstuma das *Investigações Filosóficas*, em 1953.

No prólogo do *Tractatus*, Wittgenstein faz uma observação que nos orienta sobre sua concepção de filosofia e sua relação com a linguagem. Ele diz:

“O livro trata dos problemas da Filosofia e mostra - creio eu - que a posição de onde se interroga estes problemas repousa numa má compreensão da lógica da nossa linguagem.”

Como ele afirma na proposição 4.0031 do *Tractatus* “Toda filosofia é ‘crítica da linguagem’” e se é através dela, da linguagem, que obtemos e expressamos nossos conhecimentos, a tarefa do filósofo vai justamente consistir numa análise da linguagem e na elucidação das proposições. Ainda sobre a prática filosófica, na proposição 599 das *Investigações* Wittgenstein coloca: “Em Filosofia não se fazem inferências... A Filosofia apenas verifica aquilo que cada um lhe reconhece.”

No *Tractatus* a preocupação básica de Wittgenstein é a “de explicar a natureza de nossa linguagem representativa ou factual” ³². Ou seja, como, através dela, nos relacionamos e interpretamos o mundo? Ele explica essa relação por meio de uma teoria em que o significado das expressões se dá quando estas representam corretamente o mundo. “A proposição é uma imagem da realidade. A proposição é

³¹ Cf. STEGMÜLLER (1977), p. 402

³² Cf. COSTA (1992)

um modelo da realidade tal como nós a pensamos”³³ . Então, se compreendemos a proposição, compreendemos a realidade. Para evitarmos os erros decorrentes da ambiguidade ou vagueza das palavras e expressões tão comuns na linguagem ordinária, é necessária a utilização, para a representação do pensamento, de uma linguagem simbólica que elimine estes equívocos. Esta linguagem seria construída a partir de uma gramática lógica³⁴ . Isto é, as expressões, devidamente formalizadas, reproduziriam a estrutura lógica do mundo, sendo imagens ou quadros da realidade. Elas serão verdadeiras, e possuirão sentido, quando, através da forma lógica, se referirem aos fatos da realidade ou a fatos possíveis de serem representados. Esta proposição, que afirma um certo estado de coisas, e que é um encadeamento de nomes, é chamada de elementar³⁵. Wittgenstein ainda afirma que o conjunto de todas as proposições elementares verdadeiras descreve completamente o mundo. As expressões que não possuem sentido, não sendo nem falsas ou verdadeiras, nada representam. Estas são por ele chamadas de pseudoproposições³⁶ .

Quanto ao significado, podemos dizer o seguinte: *grosso modo* o significado de uma expressão é o fato por ela representado e o significado de um nome é o objeto por ele representado, denotado. As expressões da nossa linguagem

33 TLP (Tractatus Logico-Philosophicus) 4.01

34 TLP 3.325

35 TLP 4.21, 4.211 e 4.22

36 Para Wittgenstein, as proposições da lógica, da matemática e os princípios a priori das ciências, entre outras, são consideradas pseudoproposições pois sem pre afirmam a mesma coisa, “o que significa afirmar que ela nada diz, no sentido de que não traz nenhuma informação ao sujeito do mundo. Uma tautologia como “chove ou não chove” é verdadeira, qualquer que seja o estado do céu. Não tem portanto sentido.” Cf. LACOSTE (1992), p. 36.

são compostas de proposições elementares que, por sua vez, são compostas de nomes. Estas proposições somente serão verdadeiras quando a combinação de todos os seus constituintes corresponderem à realidade. Para sabermos se uma proposição é falsa ou verdadeira temos que compará-la à realidade.

As reflexões de Wittgenstein no *Tractatus* giram em torno, principalmente, dos enunciados da ciência e da filosofia. Para ele, como vimos acima, a tarefa da filosofia era corrigir o pensamento pois os problemas filosóficos eram decorrentes de uma má interpretação ou compreensão do funcionamento da linguagem. Wittgenstein procura, então, ao traçar um limite para a linguagem, traçar um limite para o pensamento:

“Os limites da minha linguagem significa (sic) os limites do meu mundo.”³⁷

e

“A Lógica enche o mundo; os limites do mundo são também os seus limites. Assim não se pode dizer em lógica: ‘no mundo há isto e isto, mas não aquilo’. Aparentemente isso pressuporia a exclusão de certas possibilidades, o que não pode ser o caso, uma vez que a Lógica iria pra lá dos limites do mundo, como se também deste lado lhe fosse possível considerar aqueles limites.

Aquilo que não podemos pensar, não podemos pensar; também não podemos *dizer* aquilo que não podemos pensar.”³⁸

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein, ciente das limitações de uma análise puramente lógica da linguagem, questiona a validade da utilização de uma

³⁷ TLP 5.6

³⁸ TLP 5.61

linguagem ideal como instrumento para evitar os erros da linguagem comum:

“...Porque, então, poderá parecer que em Lógica falamos acerca de uma linguagem *ideal*, como se a nossa Lógica fosse uma Lógica para o vazio. - No entanto, a Lógica não trata da linguagem - respectivamente do pensamento - no sentido de que uma das ciências trata de um fenômeno natural, e o mais que podemos dizer é que *construímos* linguagens ideais. Mas aqui a palavra ‘ideal’ pode conduzir a erro, porque isto agora soa como se estas linguagens fossem melhores, mais perfeitas que a nossa linguagem corrente, como se fosse preciso um lógico para finalmente mostrar às pessoas qual é o aspecto de uma genuína proposição...”³⁹

Cético em relação a eficiência da formalização da linguagem comum, em que muitos aspectos deixam de ser considerados, como a complexidade e diversidade dos significados de muitas palavras, ele lança mão de outra concepção de linguagem e significado. Isto é, se antes seu objeto de estudo era a língua formalizada, agora ele coloca a linguagem natural no centro das discussões lógico-filosóficas.

Partindo de um outro pressuposto, Wittgenstein agora vai abordar a questão do significado de uma maneira diferente. Ele passa a trabalhar com a linguagem natural questionando o uso social da mesma. Isto é, para sabermos o significado de uma palavra devemos conhecer seu uso dentro de um contexto específico. Em vez de perguntarmos qual o significado de palavra tal, devemos perguntar qual seu uso no contexto tal, só assim compreenderemos seu significado. Podemos, por exemplo, utilizar a mesma palavra ou expressão com significados diferentes em contextos diferentes. Mas, como garantimos o significado destas

³⁹ PI (Philosophical Investigations), 81.

expressões sendo que elas podem ter diversos usos? Para explicar como é determinado o significado, Wittgenstein utiliza a noção de *jogo de linguagem*, expressão essa de suma importância nas *Investigações* ⁴⁰. Em linhas gerais, a linguagem é comparada a um jogo em que as pessoas, para participarem, devem ter conhecimento de determinadas regras. Pressupõe-se, assim, que os falantes de uma língua, em uma comunidade, compartilhem certas regras gramaticais que lhes permitam compreender e participar do jogo da linguagem. É através destas regras que o significado da palavra utilizada é dado. Ou melhor, o significado de uma expressão é dado através da função que ela desempenha num jogo de linguagem e é no jogo de linguagem que as palavras e expressões encontram seu uso. Sobre a noção *jogo de linguagem* Wittgenstein observa:

“Mas quantas espécies de proposições há? Talvez asserção, pergunta e ordem? Há um número *incontável* de espécies: incontáveis espécies diferentes da aplicação daquilo a que chamamos ‘símbolos’, ‘palavras’, ‘proposições’. E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas; mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, surgem e outros envelhecem e são esquecidos. (A evolução da Matemática pode dar-nos uma *imagem aproximada* desta situação).

A expressão *jogo de linguagem* deve aqui realçar o fato de que falar uma língua é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.” ⁴¹

⁴⁰ Cf. STEGMÜLLER (1977), p. 445

⁴¹ PI 23

Há, segundo Wittgenstein, inúmeros jogos de linguagem: dar ordens, descrever um objeto, cantar numa roda, pedir, cumprimentar, rezar, etc. ⁴²

As teorias desenvolvidas por Wittgenstein no *Tractatus* e nas *Investigações Filosóficas* foram de fundamental importância para os estudos do significado e da referência neste século. Suas idéias foram amplamente discutidas e difundidas no meio filosófico e geralmente são citadas nos textos sobre filosofia analítica e semântica. O Wittgenstein das *Investigações* é, segundo alguns autores, um dos filósofos que mais influência teve nas investigações contemporâneas sobre a linguagem ⁴³.

1.5 Lingüística na Filosofia: um encontro, afinal

Vimos, até agora, algumas das mais relevantes contribuições de filósofos e lógicos acerca da questão da referência e do significado das expressões. Porém, podemos nos perguntar: quais as contribuições da lingüística, ciência que cuida especificamente dos assuntos relacionados à linguagem, na área dos estudos semânticos?

Ora, se formos analisar o desenvolvimento desta ciência e seu objeto de estudo neste século, perceberemos que as investigações de ordem semântica são, efetivamente, ainda muito recentes e que, dentro dos estudos lingüísticos, esta é uma das áreas que apresentam maior dificuldade. Segundo Ilari & Geraldi (1985), se comparada às práticas científicas, "a semântica é um domínio de investigação de

⁴² Ibid.

⁴³ Cf. STEINBERG & JAKOBOVITS (1971), p. 05

limites move-dições”⁴⁴. Em outras palavras, enquanto há algum consenso em relação aos métodos de pesquisa utilizados nas ciências em geral (física, biologia, química, etc), o mesmo não ocorre em semântica, em que autores pertencentes a diversas escolas não só utilizam conceitos distintos como também possuem orientações metodológicas diferentes.

Interessante também é perceber que mesmo teorias sobre o mesmo objeto de estudo apresentam, muitas vezes, diferentes concepções sobre este objeto. Prova disto é ver, dentro da história das investigações sobre o significado, a concepção do mesmo em diversas teorias. Se numa o significado é a imagem que temos de um objeto e está nas nossas mentes, para outra ele pode ser o objeto de referência, que está no mundo. O significado ainda pode ser definido através do seu uso ou de um conjunto de traços. É sempre bom termos em mente que há, efetivamente, várias maneiras de recortar o mundo e de analisarmos um mesmo objeto de estudo.

Constataremos também que os trabalhos mais importantes e significativos em semântica não foram realizados por lingüistas ou gramáticos, mas sim por lógicos e filósofos. É fato também que gramáticos e lógicos tenham realizado um trabalho independente em relação aos estudos semânticos. Mas, segundo alguns estudiosos⁴⁵, foi somente a partir da década de sessenta, com a publicação dos trabalhos revolucionários do linguista norte-americano Noam Chomsky sobre a teoria da gramática, que uma aproximação entre a linguística e a filosofia se tornou possível. Até então, a linguística tinha muito pouco a oferecer aos filósofos interessados em

44 Cf. ILARI & GERALDI (1985), p. 6.

45 Para alguns autores, como Katz, este século foi o palco de duas revoluções importantes na filosofia: a primeira quando a *linguagem* tornou-se questão central na discussão dos filósofos e a segunda quando estes mesmos filósofos, com o objetivo de tornar científicas suas conclusões sobre questões da linguagem, colocaram a *linguística* no centro de suas investigações, Katz ainda propõe uma terceira revolução na filosofia do século XX: quando os fundamentos da linguística, que ele chama de *filosofia da linguística*, se tornariam centrais nas discussões dos filósofos. Cf. KATZ, 1985.

problemas semânticos, pois ela não possuía uma teoria sintática ou semântica mais elaborada que desse conta, por exemplo, dos problemas relacionados à ambiguidade das expressões. Isto porque:

“a linguística era dominada por um ideal científico estritamente empirista. Além disso, seus representantes estavam convencidos de que a linguística era uma ciência puramente classificatória. De acordo com essa concepção, o começo de um estudo linguístico deverá consistir de ampla e laboriosa coleta de fatos, isto é, a coleta do maior número possível de manifestações da língua a ser estudada.”⁴⁶

Não era objetivo principal da linguística tradicional o estudo do significado nem a formulação de hipóteses e/ou criação de teorias mais fundamentadas que descrevessem e explicassem a origem das regras que formavam as sentenças da língua (além disso, também não propunham uma teoria da aquisição da linguagem). Conforme citação acima, a tarefa principal do linguista era a coleta e a organização do maior número de dados da língua e era a partir deste *corpus* que as descrições gramaticais eram realizadas. Por meio da análise da estrutura dos enunciados, buscava-se chegar às unidades fundamentais de descrição da língua, que seriam os fonemas e os morfemas. Compreende-se, então, porque os maiores avanços nesta época foram alcançados na área da fonologia e morfologia.

46 Cf. STEGMULLER (1977), p. 20.

1.6 O trabalho de Zeno Vendler

Depois de todo percurso que fizemos até aqui abordando a relação da lingüística com a filosofia, chegamos enfim ao nosso objetivo principal deste capítulo: compreender e contextualizar os trabalhos do filósofo norte-americano Zeno Vendler. Vendler é um dos pensadores contemporâneos que não só defende como utiliza as descobertas da lingüística na fundamentação de conclusões filosóficas sobre fatos da língua. Advindo de uma geração de filósofos analíticos que acompanhou de perto o desenvolvimento da teoria transformacional desde o seu surgimento, principalmente através dos trabalhos de Harris e do Chomsky de *Syntactic Structures* (1957), ele não hesita, em sua obra, em demonstrar o grande otimismo relacionado às novas e importantes contribuições da lingüística para a compreensão da estrutura e funcionamento da linguagem humana. Segundo Vendler, a partir do trabalho revolucionário de Chomsky⁴⁷, foi possível a construção de uma poderosa e elaborada gramática da língua inglesa que proporcionou muitos subsídios, principalmente sintáticos, para uma melhor compreensão dos problemas conceptuais em filosofia. Isto porque, nas palavras de Vendler “o significado de uma palavra é em larga medida - mas, é claro, de maneira nenhuma inteiramente - resultante de suas

características sintáticas.”⁴⁸. Quer dizer, saber se uma palavra é um verbo, adjetivo

⁴⁷ Para termos uma idéia da repercussão de *Syntactic Structures* nos meios acadêmicos, vale citar um parágrafo da resenha de Robert Lees quando da publicação deste livro: “Chomsky’s book on syntactic structures is one of the first serious attempts on the part of a linguist to construct within the tradition of scientific theory-construction a comprehensive theory of language which may be understood in the same sense that a chemical, biological theory is ordinarily understood by experts in those fields. It is not a mere reorganization of the data into a new kind of library catalog, nor another speculative philosophy about the nature of Mind and Language, but rather a rigorous explication of our intuitions about our language in terms of an overt axiom system, the theorems derivable from it, explicit results which may be compared with new data and other intuitions, all based plainly on an overt theory of internal structure of languages; and it may well provide an opportunity for the application of explicit measures of simplicity to decide preference of one form over another form of grammar.” Cf. LEES (1957).

⁴⁸ Cf. VENDLER (1974), p. 08.

ou substantivo não é nada mais do que uma indicação sintática da função desempenhada por esta palavra na estrutura da sentença. Cabe ainda ressaltar que a grande maioria dos estudos realizados em filosofia da linguagem a partir desta data refletem o desenvolvimento desta teoria lingüística⁴⁹.

Em 1967, Vendler publica *Linguistics in Philosophy*, um livro que reúne sete ensaios, escritos no período entre 1956 e 1965, em que ele analisa alguns aspectos semânticos da língua inglesa. Os ensaios realizados após 1959, como assinala o autor, são fortemente influenciados pelos pressupostos e conclusões da gramática transformacional.

Vendler, no prefácio deste livro, afirma que os ensaios nele contidos espelham um novo método de investigação dentro da filosofia analítica pois ele, como assinalamos acima, vai utilizar os dados da língua já organizados e classificados pela lingüística. Porém, Vendler faz questão de diferenciar seu trabalho, que ele insere dentro da disciplina chamada *filosofia lingüística*, da lingüística ou da filosofia da lingüística. Esta disciplina, a filosofia lingüística, segundo ele

“pode abarcar investigações conceptuais de qualquer tipo baseadas na estrutura e funcionamento de linguagens naturais ou artificiais. Exemplos deste tipo de estudo podem ir desde as reflexões de Aristóteles sobre o ser até a teoria das descrições de Russell e o trabalho de Ryle sobre conceitos mentais”⁵⁰

Ainda no prefácio de *Linguistics in Philosophy*, Vendler comenta que

49 Cf. STEINBERG & JAKOBOVITS (1971), p. 10.

50 Ibid, p.05.

seu trabalho recebeu influência de três principais autores, a saber: Zelig Harris, John Austin e Paul Ziff. Os conhecimentos de Vendler na área da lingüística e da teoria transformacional procedem basicamente de Harris⁵¹ que, aliás, foi professor de Chomsky. Daí podemos dizer que a noção de transformação utilizada por Vendler parece ser mais influenciada pelos trabalhos de Harris do que pelos trabalhos de Chomsky.

Já o seu contato com a teoria semântica vem do trabalho do “filósofo com inclinações lingüísticas”⁵² Paul Ziff que publica, em 1960, o livro intitulado *Semantic Analysis* no qual ele faz uma análise lingüística (através de um enfoque estruturalista) do significado de algumas expressões e palavras do inglês, principalmente da palavra “good”. Na introdução deste livro Ziff enfatiza que, diferentemente da prática comum entre os filósofos que trabalham com questões da linguagem, seu objeto de estudo é a linguagem natural e não um sistema de símbolos⁵³. Ziff ainda esclarece que seu interesse principal não está na gramática propriamente dita mas que as regularidades sintáticas só vão lhe interessar quando elas iluminarem algumas regularidades semânticas.⁵⁴ Para Ziff, a questão do significado está diretamente relacionada à estas regularidades semânticas, que ele procura encontrar dando bastante importância, inclusive, ao contexto das expressões.

⁵¹ Cf. HARRIS (1965)

⁵² Cf. LYONS (1963)

⁵³ Cf. ZIFF (1960)

⁵⁴ Ibid, p. 27

No primeiro capítulo de *Linguistics in Philosophy*, Vendler faz uma longa exposição para fundamentar seus argumentos, contra a opinião de alguns filósofos, sobre a utilidade da lingüística como um instrumento nas investigações filosóficas relacionadas à linguagem. A principal desconfiança desses filósofos em adotar os resultados lingüísticos em suas investigações originava-se no fato de que até aquele momento os estudos semânticos eram ainda muito incipientes e em nada esclarecedores. O que Vendler argumenta, entretanto, é que estes filósofos não perceberam que, ao contrário da semântica, a sintaxe tinha muito a oferecer ao filósofo interessado na análise de questões relacionadas ao significado, como ele próprio demonstra em sua obra ⁵⁵.

É claro que o enfoque dado pelo filósofo na análise de questões conceptuais é muito diferente do dado pelo lingüista, mas isto não impede que um utilize, ou apenas conheça, o trabalho do outro. É fato também que, a partir de uma abordagem histórica dos estudos lingüísticos, perceberemos que as investigações de lógicos e gramáticos nesta área têm sido, efetivamente, bastante diferentes. Neste século, por exemplo, enquanto os participantes do primeiro grupo basicamente se dedicaram às questões referentes ao significado, os do segundo centralizaram suas discussões em torno dos aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua.

Através do exposto acima, podemos dizer que a contribuição dos trabalhos de Vendler para a semântica tem sido, sem dúvida, bastante relevante. Apesar dele analisar somente aspectos da língua inglesa (muitas vezes os exemplos dados por ele só se aplicam a esta língua), muitos de seus pressupostos e conclusões são altamente esclarecedores e interessantes no estudo de outras línguas. Prova disso é que sua obra é bastante conhecida tanto no meio acadêmico

⁵⁵ O trabalho de Vendler teve, principalmente nos anos 70, bastante repercussão nos meios lingüísticos, na área dos estudos semânticos. Alguns de seus textos são citados em introduções à semântica (LYONS (1991) e também em antologia sobre semântica (STEINBERG & JAKOBOVITS (1971))

internacional como nacional. Muitos são os autores de renome no meio lingüístico, tais como Lyons, Leech, Steinberg, Jakobovits, entre outros, que citam e comentam seus textos (principalmente as investigações relacionadas ao *aspecto*, aos *adjetivos* e aos *termos singulares*). No Brasil, muitos pesquisadores na área da lingüística também têm utilizado e citado seus estudos, tanto em teses de mestrado como de doutorado.

O trabalho de Vendler é bastante original. Ele conjuga todos os seus conhecimentos lógicos e lingüísticos na sua análise conceptual. Vendler também, além da *classificação* sintática, vai considerar outros aspectos relevantes para a definição semântica das palavras, tais como o contexto de fala, a *pressuposição* e *intuição* do falante, entre outros.

O método de investigação conceptual utilizado por Vendler demonstra e reforça a importância do intercâmbio entre os estudos lingüísticos e filosóficos numa abordagem do significado. Podemos ainda dizer que este processo lançou, sobretudo no início dos anos 70, as bases de uma abordagem mais abrangente da problemática do significado na medida em que combina, na análise, instrumentos teóricos e metodológicos da lingüística e da filosofia.

Antes de apresentarmos efetivamente a tradução do texto “Termos Singulares” de Vendler é necessário que, a fim de contextualizar e compreender melhor seu trabalho sobre este assunto, abordemos algumas questões essenciais discutidas por alguns importantes filósofos deste século sobre estes termos.

2

A REFERÊNCIA

Quando observamos e analisamos algumas sentenças da língua, podemos perceber que, quase sempre, o que estamos fazendo envolve “dizer” ou “afirmar” algo sobre alguém ou sobre alguma coisa. Ao praticarmos este ato, necessitamos de expressões que nos possibilitem a identificação, dentro do contexto de fala, destes indivíduos ou objetos nomeados. A língua nos oferece vários dispositivos sintáticos por meio dos quais podemos desempenhar esta função: são os chamados termos *referenciais*. É claro que há, também, um grande número de outros enunciados por nós emitidos que não possuem estes termos, como, por exemplo “Está calor”, “Quero sair agora”, “Não gosto de balas”, etc. Nós, no entanto, vamos trabalhar somente com enunciados do primeiro tipo.

Cabe ainda salientar que um dos principais motivos da importância dos estudos sobre a referência está relacionado ao conhecimento de como se estabelece a relação linguagem/mundo, nome/objeto. Isto é, de que maneira os nomes se

referem aos objetos e aos significados destes objetos⁵⁶. Outro aspecto importante a motivar a definição e análise do comportamento dos termos referenciais é que, a princípio, é justamente por meio do conhecimento do significado ou referência destes termos, sobre os quais a predicação é geralmente feita, que teremos condições de saber se os enunciados em que ocorrem são falsos ou verdadeiros.

Em se tratando de expressões referenciais podemos então, *grosso modo*, distinguir dois principais grupos: aquelas que se referem a indivíduos particulares ou objetos singulares e aquelas que se referem a classe de indivíduos ou classe de objetos. Observe estas sentenças:

- (1) *Santos Dumont* era brasileiro.
- (2) *O homem que inventou o avião* era brasileiro.
- (3) *Aquele homem* que esteve aqui ontem é meu irmão.
- (4) *Sua mãe* telefonou há dez minutos.
- (5) *O gato* está miando.
- (6) *O gato* mia.
- (7) *A esperança* é a última que morre.
- (8) Já chegaram *os homens* que vão pintar a sala.

Nos primeiros quatro enunciados, fazemos referência a um indivíduo

⁵⁶ Cabe salientar aqui que o uso da palavra "objeto" em filosofia possui um sentido mais amplo do que na linguagem ordinária. "Na linguagem ordinária entendemos por "objeto" sobretudo coisas materiais; e mesmo assim nem todas as coisas materiais são tidas como objetos, pois não caracterizaríamos pessoas ou talvez seres vivos em geral como objetos. De acordo com o uso deste termo na filosofia, pessoas e outros seres vivos também seriam incluídos entre os objetos, sendo ademais não apenas os objetos materiais, mas também, ...objetos abstratos como números, estados-de-coisas e conceitos considerados na filosofia como objetos. Um objeto - nesse sentido amplo como a expressão é usada em filosofia - é justamente tudo aquilo no lugar de que podem estar termos singulares em enunciados predicativos singulares, ou,...tudo para o qual se pode usar a palavra "algo". Cf. TUGENDHAT e WOLF (1997), p.115.

específico, definido, único. Nos enunciados seguintes, entretanto, temos expressões de sentido genérico (“O gato mia” e “A esperança é a última que morre”) e plural (“Já chegaram os homens que vão pintar a sala”).

O fato é que, na maioria das vezes, quando dizemos algo de alguma coisa estamos quase sempre nos referindo a objetos ou indivíduos específicos, definidos. E fazemos isso por meio da utilização de referências singulares definidas que, nos parece, possuem uma posição de destaque na língua. David Schwarz (1979), no prefácio de *Naming and Referring*, faz o seguinte comentário sobre este assunto:

“The fact is that discrete individuals are absolutely central to our world as we experience it. And of course, singular referring terms provide the primary vehicle for our talk about these individuals. Hence, if we do not understand how singular terms work, we have missed something very central to language: its ability to connect our communication, and event thoughts, with the particular objects that make up our world”⁵⁷

A bibliografia sobre este assunto é vasta e este parece ser um dos temas mais debatidos, e também mais controvertidos, dentro dos estudos de filosofia da linguagem. Como observa Vendler⁵⁸, muitos filósofos já se debruçaram sobre este assunto na tentativa de compreender e explicar a natureza dos termos singulares. E é graças ao trabalho desses pensadores que hoje temos uma análise mais elaborada sobre a classificação e funcionamento destes termos.

⁵⁷ Cf. SCHWARZ (1979).

⁵⁸ Cf. VENDLER (1974), p. 33.

2.1 Termos Singulares

Gramaticalmente, podemos reconhecer 4 principais categorias de termos singulares, a saber: nomes próprios, descrições definidas⁵⁹, pronomes pessoais e demonstrativos. À estas quatro categorias, podemos ainda adicionar uma quinta maneira, talvez não muito usual, de se fazer uma referência singular: das descrições indefinidas, conforme ilustra o exemplo n. 9:

(9) *Uma mulher* é eleita para a Prefeitura de São Paulo.

A grande quantidade de termos referenciais existentes na língua só demonstra a diversidade com que podemos nos referir a um mesmo objeto dadas diferentes situações. A escolha entre uma ou outra maneira de referir vai ser, na maioria das vezes, determinada pelo contexto da enunciação e pela relação que o falante mantém com o objeto. E, de acordo com a representação linguística utilizada para se fazer a referência, podemos representar um ou outro aspecto do objeto nomeado⁶⁰.

Quando queremos nos referir a um indivíduo particular, por exemplo, comumente utilizamos o **nome próprio** desta pessoa, como *João*, *Santos Dumont*, *Maria*, etc. Este, aliás, é um dos meios mais frequentes e óbvios de se fazer uma referência singular definida. Se, por acaso, não lembramos, não sabemos ou ainda não queremos utilizar o nome desta pessoa, podemos nos referir a ela de diversas maneiras como, por exemplo:

⁵⁹ São classificadas como descrições definidas, segundo Russell (1905) as expressões do tipo "o tal-e-tal", ou seja, expressões antecidas pelo artigo definido seguido por um nome comum no singular.

⁶⁰ Cf. SEARLE (1995)

- **descrição definida** - *O homem que inventou o avião, O marido de Maria, O homem que comprou o meu carro, O homem mais alto nesta sala, O homem de jaqueta vermelha;*
- **demonstrativo** (acompanhado ou não de um gesto ostensivo) - *este homem aqui; aquele homem lá perto da janela; aquele homem que falou com você ontem, aquele ruivo lá, ou simplesmente aquele;*
- **possessivo** - *meu irmão mais novo, seu cunhado americano, nosso chefe, meu único filho;*
- **pronome pessoal** - *ele, eu, você*
- **descrição indefinida** - *Uma mulher é eleita para a Prefeitura de São Paulo; Um amigo esteve comigo ontem.*

A classificação feita acima está baseada em algumas similaridades gramaticais e funcionais destes termos. Ou seja, todos eles, gramaticalmente caracterizados como nominais por possuírem um potencial de referência, podem ocupar a posição tradicional de sujeito numa sentença do tipo sujeito-predicado e também desempenhar a função de individualização e singularização. Isto quer dizer que o falante, ao fazer uma referência por meio de algum destes termos singulares, estará identificando e escolhendo, dentro do universo do discurso, um e somente um objeto dentre outros.

Entretanto, perceberemos que apesar destas similaridades facilmente identificáveis, estes termos nem sempre se comportam da mesma maneira dentro de um mesmo contexto, isto porque nem sempre possuem o mesmo comportamento semântico e morfo-sintático. O que acontece, também, é que muitas vezes a distinção entre as quatro categorias definidas acima não é tão clara assim. Há casos limítrofes

em que uma categoria pode se comportar como outra e vice-versa. Searle⁶¹ cita como exemplos nome de títulos como “o primeiro ministro” ou “o papa” que por um lado se comportam como descrições definidas e por outro como nomes próprios. Lyons⁶² ainda observa que o pronome “usted” (você) em espanhol, teve sua origem em um título honorífico. Este fenômeno também ocorre em português em que o pronome de tratamento de 2a. pessoa “você”, hoje amplamente utilizado em todo o Brasil, se originou de “Vossa Mercê” (Vossa Mercê - vossemecê - vosmecê - você). Há ainda descrições definidas, como “A Estrela da Manhã”, que se comportam como nomes próprios. Estes, porém, são apenas alguns exemplos entre muitos.

Vamos agora tentar esboçar alguns aspectos importantes sobre o papel desempenhado pelos termos singulares dentro das principais discussões filosóficas centradas, sobretudo, neste século⁶³.

2.2 Nomes Próprios e Descrições Definidas⁶⁴

Dentro dos estudos sobre a referência, percebemos que a categoria nome próprio tem ocupado um lugar privilegiado, sendo mesmo, às vezes, objeto central das discussões. Isto porque, de uma certa maneira, ele realmente representa o protótipo de um termo referencial. O nome próprio é, de fato, a maneira mais fácil e usual de se fazer uma referência singular definida e, como diz Searle “à primeira vista nada parece mais fácil de compreender em filosofia da linguagem do que o

⁶¹ Cf. SEARLE (1969), p. 81.

⁶² Cf. LYONS (1991) p. 179.

⁶³ Vamos somente delinear, dentro das teorias por nós abordadas, alguns dos principais problemas discutidos sobre termos singulares que nos interessam para definição e compreensão do nosso objeto de estudo.

⁶⁴ Agrupamos aqui nomes próprios e descrições definidas porque, como veremos, a definição de um vai estar, na maioria das vezes, relacionada a do outro.

nosso uso dos nomes próprios: aqui está o nome, lá está o objeto. O nome está para o objeto”⁶⁵. A princípio, nada parece mais claro para um falante de português, por exemplo, do papel desempenhado pelo nome próprio na linguagem cotidiana. O nome próprio, por definição, possui a propriedade de identificar e nomear singularmente um objeto dentro de um contexto dado. Agora, como diferenciamos um nome próprio de um nome comum que dele seja homônimo, por exemplo? De acordo com Vendler, que analisa o comportamento dos nomes próprios em inglês, “graças a uma feliz convenção da ortografia do inglês moderno, nomes próprios, quando escritos, trazem suas credenciais em suas mangas”⁶⁶. Quer dizer, como também acontece em português, nomes próprios são grafados com iniciais maiúsculas. Porém, como o próprio Vendler reconhece, este critério não é totalmente seguro, sendo que outras classes de palavras em inglês, como os adjetivos, por exemplo, também podem ser grafados com iniciais maiúsculas. Outro aspecto importante e mais seguro no reconhecimento de um nome próprio, é o fato dele possuir um comportamento semântico e morfo-sintático diferente dos demais nominais. O falante sabe, geralmente, em que contextos um nome próprio pode ou não ocorrer.

A distinção entre nomes comuns e próprios já era feita, na antiguidade, por Dionísio o Trácio⁶⁷ (170 -90 a.C.) que é considerado o autor da primeira gramática ocidental. Segundo ele, o nome próprio indicaria a essência particular, como por exemplo, Aristóteles. O nome comum indicaria a essência comum, como homem, por exemplo. Entretanto, o autor da *noção* de nome próprio foi o estóico Crisipo (281-205. a.C.), segundo fundador do estoicismo.⁶⁸

Na Gramática de Port-Royal, século XVII, considerada como um dos mais importantes estudos gramaticais dos últimos séculos, há a seguinte distinção:

⁶⁵ Cf. SEARLE (1969), p. 162.

⁶⁶ Cf. VENDLER (1974), p. 37.

⁶⁷ Cf. NEVES (1987).

⁶⁸ Cf. BORGES NETO (1993), p. 284.

nós teríamos dois tipos principais de idéias sobre as coisas: as idéias singulares e as idéias gerais. Isto porque:

“ Os homens sentiram a necessidade de nomes diferentes para esses dois tipos de idéias. Chamaram nomes próprios aqueles que convêm às idéias singulares, como o nome Sócrates, que convêm a um certo filósofo chamado Sócrates; o nome Paris que convêm a uma cidade chamada Paris.

E chamaram nomes gerais ou apelativos os que significam as idéias comuns, como a palavra homem que convêm a todos os homens em geral, como também palavras como leão, cão, cavalo etc.⁶⁹

E de lá para cá, parece que quase nada mudou. Na Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Celso Cunha, por exemplo, encontramos a seguinte definição:

“Os substantivos podem designar a totalidade dos seres de uma espécie (DESIGNAÇÃO GENÉRICA) ou um indivíduo de determinada espécie (DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA).

Quando se aplica a todos os seres de uma espécie ou quando designa uma abstração, o substantivo é chamado COMUM.

Quando se aplica a determinado indivíduo da espécie, o substantivo é próprio.

Assim, os substantivos *homem, país e cidade* são comuns, porque se empregam para nomear todos os seres e todas as coisas das respectivas classes. *Pedro, Brasil e Lisboa*, ao contrário, são substantivos próprios, porque se aplicam a um determinado homem, a um dado país e a uma certa cidade.”⁷⁰

⁶⁹ Cf. ARNAULD e LANCELOT (1992), p. 35.

⁷⁰ Cf. CUNHA, (1985).

O nome próprio, como pudemos observar pelas citações acima, não parece ter recebido uma atenção maior por parte dos gramáticos e estudiosos da linguagem em geral. Segundo COSTA (1988), um dos motivos que explica a razão pela qual o nome próprio não tenha merecido maior atenção por parte destes estudiosos é que “trata-se, sem dúvida, de uma entidade, pelo menos em princípio, de grande simplicidade mórfica e cuja sintaxe não parece distinguir-se da dos nomes em geral”.⁷¹ No entanto, por trás do papel aparentemente simples desempenhado pelos nomes próprios na nomeação e identificação de objetos singulares, há algumas questões bastantes complicadas que parecem ter sido somente percebidas por alguns lógicos e filósofos que, ao trabalharem com linguagens formalizadas, sentiram a necessidade de uma definição mais precisa desta categoria. Estes filósofos, ao abordarem o nome próprio a partir de um ponto de vista lógico, se depararam com questões bastante fundamentais, tais como: de que forma se daria o sentido e a referência de um nome próprio? E que tipo de entidades pertenceriam a esta categoria?

Em outras palavras, o que vamos perceber nos textos mais importantes deste século (Frege, Russell, Strawson e Kripke, por exemplo) sobre nomes próprios é que estes autores, de acordo com os objetivos de suas análises e do ponto de vista teórico adotado ao abordar esta categoria, discordam em alguns aspectos.

2.3 Mill

Mill, no seu Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva⁷², publicado em

⁷¹ Cf. COSTA (1988) p. 7.

⁷² Cf. capítulo 2 do livro I.

1843, divide os nomes, de acordo com os seus significados, em três principais classes, fazendo a seguinte oposição: nomes gerais/singulares, concretos/abstratos e, principalmente, conotativos/não conotativos. Cabe salientar que seu objetivo principal, neste trabalho, é obter um rigor maior quanto a definição dos nomes em geral, pois é através das significações das palavras, dos nomes, que o raciocínio ou inferência se efetua. E, a partir do momento em que o raciocínio é o objeto principal da lógica, torna-se fundamental um conhecimento e uma investigação crítica da linguagem, a fim de se evitarem inferências incorretas. Mill, então propõe a sua teoria dos nomes.

Antes de iniciar sua exposição sobre este assunto, ele enfatiza que os nomes, em sua obra, serão mencionados não como nomes das nossas idéias sobre as coisas, mas como sendo nomes das próprias coisas. Quanto à primeira divisão, entre nomes gerais e individuais, encontramos a seguinte definição:

“O nome geral é usualmente definido como aquele suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma entre um número indefinido de coisas. O nome individual ou singular é aquele suscetível de ser afirmado verdadeiramente, no mesmo sentido, de uma só coisa.

Assim, *homem* é suscetível de ser afirmado verdadeiramente de João, Jorge, Maria e outras pessoas indefinidamente, e é afirmado de todos no mesmo sentido, pois a palavra *homem* exprime certas qualidades, e, quando a atribuímos àquelas pessoas, afirmamos que todas possuem essas qualidades. Mas *João* é suscetível de ser afirmado verdadeiramente apenas de uma única pessoa, pelo menos no mesmo sentido.”⁷³

Nomes concretos⁷⁴ seriam os que representam uma coisa, um objeto (*homem, branco, velho*) e nomes abstratos os que representam o nome de um

⁷³ Cf. MILL (1974), p. 91.

⁷⁴ Mill observa que ele utiliza as palavras concreto e abstrato no sentido que lhes deram os escolásticos.

atributo de uma coisa (*humanidade, bancura, velhice*). Agora, uma das mais importantes distinções entre os nomes, segundo o próprio Mill afirma, seria a feita entre os nomes conotativos e não-conotativos. O termo não-conotativo denota apenas um sujeito ou apenas um atributo. Como exemplos de termos não-conotativos que denotam apenas um sujeito, Mill cita *João, Londres e Inglaterra*; e os que denotam apenas um atributo ele cita *brancura, comprimento e virtude*. Por outro lado, o termo conotativo é aquele que denota um sujeito e implica um atributo como, por exemplo, *branco e homem*. Segundo Mill,

“A palavra branco denota todas as coisas brancas, como neve, papel, a espuma do mar, etc., e implica, ou, na linguagem dos escolásticos, conota, o atributo brancura. A palavra branco não se predica do atributo, mas dos sujeitos: neve, etc; mas quando a predicamos deles, exprimimos que o atributo brancura lhes pertence.”⁷⁵

E ainda:

“A neve e outros objetos recebem o nome branco porque possuem os atributos que constituem a brancura. Pode-se dizer, portanto, que o atributo, ou os atributos, denominam esses objetos ou lhes dão um nome comum”.⁷⁶

Todos os nomes concretos gerais são conotativos. O nomes-próprios, pertencentes à classe dos concretos individuais, não seriam conotativos, uma vez que simplesmente denotam os objetos sem deles implicar qualquer atributo. Sua função

⁷⁵ Cf. MILL (1974), p. 94.

⁷⁶ Ibid. p. 95

principal seria, através da nomeação, apenas distinguir um objeto dentre outros sem dele nos dar qualquer informação adicional, a não ser o conhecimento do seu nome. Sobre os significados dos nomes próprios Mill afirma que eles são simplesmente os nomes dos objetos e não conotam nada dos mesmos, não tendo, a rigor, nenhuma significação. Em uma passagem, o autor esclarece:

“Um nome próprio não é mais do que uma marca sem significação que juntamos em nossas mentes à idéia do objeto, a fim de que sempre que a marca encontrar nossos olhos ou ocorra aos nossos pensamentos, possamos pensar naquele objeto individual. Não sendo ligado à coisa em si, o nome próprio não nos torna capazes, como o giz, de distinguir o objeto quando o vemos, mas serve-nos para distingui-lo quando é mencionado, seja nos registros de nossa própria experiência, seja no discurso de outros, e para reconhecer que o que é afirmado por qualquer proposição de que é sujeito, é afirmado da coisa individual por nós previamente conhecida.”⁷⁷

Entretanto, Mill também considera que há nomes individuais que podem ser conotativos, isto é, nomes que se refiram a apenas um objeto conotando dele um atributo. Ele divide essa classe de nome em duas, a saber: a primeira é composta por nomes que indicam a existência de um só objeto que possua o atributo conotado pelo nome, como “O *primeiro* imperador de Roma” e “O autor da *Ilíada*”; já, na segunda classe, o atributo conotado pelo nome exprime uma relação que só pode existir para um objeto, como em “O pai de Sócrates” e “O *único* filho de John Stiles”. Só um indivíduo pode preencher a condição de ter sido pai de Sócrates assim como também só um indivíduo pode ter sido o filho único de John Stiles.

⁷⁷ Ibid. p. 97.

2.4 Frege

Segundo especialistas⁷⁸, uma das figuras mais importantes a sistematizar uma teoria do significado e dos termos singulares em geral, foi certamente Frege. Segundo Dummett, Frege pode até mesmo ser considerado o pai da filosofia linguística, a partir do momento em que ele enfatiza os estudos sobre o significado e uma análise crítica da linguagem⁷⁹. E é dentro do seu projeto de construção de uma linguagem simbólica que Frege se depara com muitos problemas referentes à certas definições imprecisas de alguns conceitos fundamentais para a lógica, tais como *nome próprio*, *sentido* e *referência*, entre outros. Em “Sobre o Sentido e a Referência”, após explicar o que ele entende como sendo o sentido e a referência de um nome, encontramos uma definição de nome próprio:

“É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Consequentemente, segundo nosso exemplo, a referência das expressões “o ponto de interseção de *a* e *b*” e “o ponto de interseção de *b* e *c*” seria a mesma, mas não os seus sentidos. A referência de “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã” seria a mesma, mas não o sentido.

Neste contexto fica claro que, por “sinal” e por “nome”, entendi qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção ampla) mas não um conceito ou uma relação, que serão discutidos em outro artigo. A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio.”⁸⁰

⁷⁸ Cf. EVANS (1992), SCHWARZ (1979), DUMMETT (1981).

⁷⁹ Cf. DUMMETT (1995) p.683.

⁸⁰ Cf. FREGE (1978), p. 62.

Neste mesmo texto, em uma nota de rodapé, Frege esclarece como se daria o sentido de um nome próprio genuíno, como “Aristóteles”. Segundo ele, a definição do sentido deste nome poderia certamente variar conforme a pessoa. Se para uns o sentido de Aristóteles é “o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno” para outros poderia ser “o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira”. Frege ainda conclui que estas variações de sentido poderiam ser permitidas na condição de que a referência permanecesse a mesma. Podemos concluir também que, de acordo com esses exemplos citados acima, ele parece admitir que o sentido de um nome próprio possa também ser dado por uma descrição definida.⁸¹

Diferentemente de Mill, Frege considera que um nome próprio tem sentido e que este é dado pelo modo de apresentação de sua referência. Este sentido, que estaria no mundo e não nas nossas mentes, poderia ser de alguma forma apreendido.⁸²

Entretanto, a definição de nome próprio em Frege está diretamente vinculada à sua definição de objeto. A partir do momento que a referência de um nome próprio é o objeto singular por ele denotado, temos que saber quais entidades Frege considerava como sendo objetos. No texto “Sobre o Conceito e o Objeto”, ele faz a distinção do que seja um conceito e um nome de objeto (nome próprio):⁸³

⁸¹ Uma das críticas mais frequentes a Frege, é que ele não definiu a categoria de “nome próprio” de uma forma muito precisa e que esta categoria é muito abrangente, chegando até mesmo a incluir o nome de numeros, que ele considera como sendo objetos. Sobre este assunto, consultar DUMMET (1973).

⁸² Cf. PUTNAM (1992), p. 52

⁸³ COSTA (1988) p. 23, observa que a distinção de Frege entre termo conceitual e nome próprio (feita a partir de uma necessidade de rigor lógico), não é muito clara na linguagem cotidiana.

“O conceito - tal como entendo esta palavra - é predicativo⁸⁴. Por outro lado, um nome de objeto, um nome próprio, não pode absolutamente ser usado como um predicado gramatical.”⁸⁵

Um conceito nunca pode ocorrer como sendo a referência do sujeito gramatical em uma sentença, mas sim como referência de um predicado “enquanto que um objeto é o que nunca pode ser a referência total de um predicado, embora possa ser a referência de um sujeito.”⁸⁶ Frege ainda estabelece uma distinção linguística na diferenciação de *conceito* e *objeto*: o artigo definido singular e o pronome demonstrativo, antecidos ao nome, sempre vão indicar um objeto (o cavalo, este planeta, aquele homem); agora, quando um nome vier introduzido por um artigo indefinido, ou no plural sem o artigo, teremos um termo conceitual (um mamífero, números, luas).

Frege ainda observa que na linguagem natural, alguns nomes próprios são utilizados como termos conceituais e alguns conceitos são utilizados como nomes próprios(no caso de somente um objeto cair sob um conceito):

“Acrescento que um conceito não deixa de ser conceito porque sob ele cai uma única coisa, que é portanto completamente determinada por ele. A um tal conceito (por exemplo, satélite da Terra) convém precisamente o número 1, que é um número no mesmo sentido que 2 e 3.”⁸⁷

Um exemplo bem esclarecedor sobre a distinção conceito/objeto é dado por este autor através do papel desempenhado pela palavra “é” nas sentenças “a

⁸⁴ Aqui Frege insere uma nota de rodapé: “Ele é, na verdade, a referência de um predicado gramatical.”.

⁸⁵ Cf. FREGE (1978), p. 90.

⁸⁶ Ibid. p.95

⁸⁷ Cf. FREGE (1983), p.241.

Estrela Matutina é um planeta” e “a Estrela Matutina é Vênus”. No primeiro caso, a palavra “é” está desempenhando a função de cópula, como um sinal de predicação, dizendo que o nome próprio “Estrela Matutina” cai sob o conceito “um planeta”. Já no segundo caso, o “é” exprime uma identidade entre dois nomes próprios. Tanto “Estrela Matutina” quanto “Vênus”, se referem ao mesmo objeto.

Quanto ainda à definição de referência, Frege coloca que ela “é o próprio objeto que por seu intermédio designamos”⁸⁸. Ele também faz uma distinção entre nome próprio lógico e nome próprio ordinário. Numa linguagem logicamente perfeita, todo nome próprio deverá possuir uma referência, designar um objeto, o que, muitas vezes, não acontece com os nomes da linguagem ordinária. Nomes como “Pégaso” e “Sereia” certamente possuem um sentido, mas não uma referência. Esta preocupação decorre do fato de que, segundo Frege, é através do conhecimento da referência que podemos obter o valor de verdade de uma sentença.⁸⁹

2.5 Russell

A abordagem de Russell sobre os nomes próprios surge também, como em Frege, de uma maneira indireta. Na realidade, sua preocupação maior era com as diferentes formas de denotação e, a princípio, com as frases denotadoras do tipo “o-tal-e-tal”, por ele classificada como descrições definidas. Estas frases denotadoras, segundo ele, eram consideradas as mais interessantes e difíceis de serem interpretadas⁹⁰. Dentro desse contexto, o principal problema abordado por Russell era em saber como resolver a questão de frases deste tipo em que o sujeito gramatical

⁸⁸Ibid. p.65.

⁸⁹ Ibid. p. 69.

⁹⁰Cf. RUSSELL (1956), p. 41

não se referia a objeto algum. A partir deste contexto, e partindo do pressuposto que um nome próprio deveria sempre denotar um objeto, é que surge a necessidade de uma melhor caracterização desta categoria.

Já Russell em seu artigo *Descriptions*⁹¹ (1905) faz a seguinte distinção entre *nome* e *descrição*: o *nome próprio* seria um símbolo simples, que geralmente ocorre como sujeito. Este símbolo é considerado simples porque não é formado de outros símbolos e denota diretamente um objeto particular. O sentido deste nome seria o próprio objeto por ele denotado. Então, a princípio, compreende-se que a partir do momento que um objeto possa ser nomeado, ele possa também ser denotado. Uma descrição, por outro lado, apesar de parecer funcionar como um nome, não seria um símbolo simples, porque seria formada por outros símbolos. Russell as classifica como sendo símbolos incompletos já que nada significariam isoladamente. Ao contrário do nome que simplesmente denota um objeto sem dele nada descrever, a *descrição* seria uma expressão por meio da qual nos referimos a um objeto, descrevendo dele certas características.

Por outro lado, Russell também admite casos em que nomes próprios são utilizados como descrições definidas, ou melhor, são descrições definidas abreviadas e disfarçadas. Isto acontece quando, em certas expressões de identidade, os nomes próprios possuem um valor conotativo e não somente denotativo:

“Uma proposição contendo uma descrição não é idêntica ao que aquela proposição se torna quando o nome é substituído, até mesmo se o nome nomeia o mesmo objeto que a descrição descreve. “Scott é o autor de Waverley” é, obviamente, uma proposição diferente de “Scott é Scott”: a primeira é um fato na história literária e a segunda é um truísmo trivial. E se colocamos qualquer outro que não Scott no lugar de “o autor de Waverley”, nossa proposição se torna falsa, portanto, não mais sendo,

⁹¹ Cf. LINSKY (1970)

certamente, a mesma proposição. Mas, poder-se-á dizer, a nossa proposição é essencialmente da mesma forma que (digamos) “Scott é Sir Walter”, em que se diz que dois nomes se aplicam à mesma pessoa. A resposta é que, se “Scott é Sir Walter” realmente significa “a pessoa chamada ‘Scott’” é “a pessoa chamada ‘Sir Walter’”, então os nomes estão sendo usados como descrição: isto é, o indivíduo, em vez de ser nomeado, está sendo descrito como a pessoa que tem aquele nome.”⁹²

Russell ainda separa a classe dos nomes próprios ordinários dos nomes próprios lógicos⁹³. Os primeiros, conforme citado acima, teriam como sentido uma descrição definida. Já os segundos, que seriam os únicos a preservar a função referencial da linguagem, teriam como sentido efetivamente o objeto por eles denotados, função esta, segundo Russell, desempenhada somente pelos demonstrativos.

2.6 Kripke

Uma abordagem bastante inovadora do papel desempenhado pelos nomes próprios na linguagem comum foi oferecida por Saul Kripke (1972). Segundo alguns autores⁹⁴, o trabalho de Kripke representou uma verdadeira revolução dentro dos estudos de filosofia da linguagem nos últimos trinta anos. Sua teoria, que se opõe à chamada teoria descritivista representada, principalmente, por Frege e Russell, é chamada de teoria causal da referência. A teoria descritivista, como vimos acima, considera que os nomes próprios possuem tanto um sentido (intensão) quanto

⁹² Cf. RUSSELL (1974), p 167.

⁹³ Esta distinção é feita baseada na sua distinção *de conhecimento por familiaridade, do inglês “acquaintance”, e conhecimento por descrição*. Conforme RUSSELL (1959), p. 46-59.

⁹⁴ Cf. SCHWARTZ (1984), LACOSTE (1992) e COSTA (1988).

uma referência (extensão). O que vai determinar a referência de um nome próprio é o seu sentido, que é composto por uma (ou um conjunto de) descrição definida. De acordo com esta teoria, o sentido do nome próprio Shakespeare poderia ser dado pelas descrições “o autor de Hamlet” e/ou “o autor de Othelo” e o sentido do nome próprio Aristóteles poderia ser dado por “o filósofo grego que sistematizou a lógica” e/ou “o mestre de Alexandre”.

Já Kripke, entretanto, considera que nomes próprios como Shakespeare e Aristóteles, por exemplo, não possuem sentido ou, na terminologia de Mill, conotação. Por outro lado, Kripke vai ao encontro da definição de Mill de que os nomes próprios só possuem denotação, sendo que as referências dos nomes citados acima são simplesmente determinadas pelos indivíduos que designam. Isto é, os nomes próprios, a partir de uma cadeia causal de referência iniciada por um batismo inicial, seriam designadores rígidos, designando o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que os indivíduos nomeados pelos nome próprios existirem.⁹⁵

“...em certos casos especiais, principalmente em certos casos de batismo inicial, um referente é efetivamente determinado por uma descrição, por uma propriedade singularizante, muitas vezes a função da propriedade não é fornecer um sinônimo ou qualquer coisa cujo nome é uma abreviação. Sua função é fixar a referência. Ela fixa a referência por intermédio de certos traços contingentes do objeto. O nome que esse objeto denota é então utilizado para designar o objeto em questão, mesmo em referência a situações contrafactuais nas quais o objeto não tem as propriedade em questão”

Outro aspecto importante da abordagem de Kripke é que ele estende

⁹⁵ Cf. SCHWARTZ (1984)

sua análise de nomes próprios a alguns termos de espécies naturais, como a “água”, o “ouro” e o “cobre” e espécies animais ou grandezas físicas, como “gato”, “tigre”, “calor” e “eletricidade”. De acordo com ele, estes nomes seriam também, como os nomes próprios, designadores rígidos, vinculados diretamente aos objetos.

Podemos então concluir que o principal motivo das diversas abordagens apresentadas acima por Mill, Frege, Russell e Kripke decorre das divergências destes autores quanto a maneira como se dá a referência e o sentido de um nome próprio. Entretanto, há ainda outras questões bastante importantes que surgem sobre nomes próprios e termos singulares em geral como, por exemplo, questões sobre identidade e existência. Antes de abordarmos algumas destas questões, vamos rapidamente observar alguns usos das descrições indefinidas.

2.7 Descrições Indefinidas

As descrições indefinidas, ao lado das definidas, são classificadas por Russell como símbolos incompletos. Elas são do tipo “um-tal-e-tal”, denotam um objeto singular e podem ser significativas mesmo quando não denotam objeto algum.⁹⁶ Segundo Russell, as descrições indefinidas, apesar de sugerirem unicidade de referência, não identificam o referente. Mas o que vamos perceber, através da análise de algumas sentenças, é que em alguns casos as descrições indefinidas podem se comportar, de uma certa maneira, como “definidas” (seriam descrições definidas disfarçadas?). Isto acontece em um número bem reduzido de contextos, mas não podemos deixar de considerar estas ocorrências.

Para analisar este tipo de descrições indefinidas, retomemos o exemplo

⁹⁶ Cf. RUSSELL (1974), p 164.

n. 9 citado anteriormente, na página 41 deste capítulo:

(9) *Uma mulher* foi eleita para a Prefeitura de São Paulo.

Considerar esta ocorrência como definida com certeza pode causar alguma estranheza, já que possui, como determinador, o artigo indefinido “um” que, como o próprio nome diz, é utilizado na extração não definida de uma parte singular pertencente a um dado conjunto. Segundo Mira Mateus (1989)⁹⁷:

“No entanto, as expressões singulares indefinidas contidas em (33a) e (33b)⁹⁸ são usadas diferentemente num e noutro exemplo: em (33a), o discurso estabelece um referente, uma parte singular não identificada do conjunto considerado (‘disco do Reggiani’) a partir do conjunto-base ‘discos’ (‘um certo disco do Reggiani, com determinadas canções, determinada capa, etc.’); em (33b), *uma casa com sótão* não estabelece nenhum referente. Com efeito, ela é usada para definir intensionalmente um conjunto (‘casas com sótão’) sobre o qual o locutor exprime a intenção de vir a operar a extração de uma parte singular não identificada nem determinada (não se trata neste caso de uma certa casa, com um dado número de divisões, situada num dado local, etc.).”

Mas, no nosso entender, a ocorrência de *uma mulher* no exemplo acima, pode ser considerada, ou melhor, funciona, como uma expressão singular “definida” pois não se refere a qualquer mulher e sim a uma mulher específica, única, referente a um contexto dado: Luiza Erundina. É claro que esta não parece ser uma

⁹⁷ Cf. MATEUS (1989), p. 63-65.

⁹⁸ (33a) Comprei *um disco* do Reggiani.

(33b) Quero viver *numa casa com sótão*.

maneira usual de se fazer uma referência singular considerada definida. Por outro lado, o falante ao enunciar esta sentença, não quer ocultar a identidade do referente, mas sim enfatizar e salientar a predicação feita a este referente. Observe agora este outro exemplo:

(10) *Um brasileiro* foi escolhido como o atleta do século.

Neste caso também, o artigo indefinido “um” também parece estar sendo utilizado com um poder referencial definido, pois a predicação não é feita a qualquer brasileiro ou a algum brasileiro desconhecido, mas a *Pelé*. Sobre as descrições indefinidas, Strawson diz o seguinte:

“A diferença entre a utilização dos artigos definido e indefinido é, de maneira muito aproximativa, a seguinte. Utilizamos ‘o’ quando uma referência prévia foi feita e, quando ‘o’ assinala que a mesma referência está sendo feita; ou então quando, na ausência de uma referência indefinida prévia, espera-se que o contexto (incluindo o conhecimento que se presume por parte do ouvinte) permita a esse dizer *qual* referência está sendo feita. Utilizamos ‘um’ quando essas condições não são preenchidas, ou quando, embora uma referência definida *pudesse* ter sido feita, desejamos omitir a identidade do indivíduo ao qual ou a que estamos fazendo referência. Essa é a utilização primordial de frases como ‘uma certa pessoa’ ou ‘alguém’; essas frases poderiam ser expandidas em ‘alguém, mas não estou te dizendo quem’, mas não em ‘alguém, mas não saberias (ou eu não sei) quem’.”⁹⁹

⁹⁹ Cf. STRAWSON (1989) p.169.

2.8 Condições para referência.

Depois de observarmos algumas características dos termos singulares, podemos perguntar: o que nos garante, no ato da enunciação, o sucesso no uso de uma referência singular definida? Em outras palavras, quais seriam as condições necessárias que possibilitariam nosso interlocutor compreender e identificar esta referência ?

Segundo Searle (1969)¹⁰⁰ , há dois principais axiomas geralmente reconhecidos relativos à referência e expressões referenciais, O primeiro seria chamado axioma da existência, que diz o seguinte:

1 - O que quer que seja referido deve existir

O segundo axioma, seria o da identidade:

2 - Se um predicado é verdadeiro de um objeto, ele é verdadeiro sobre qualquer coisa idêntica a este objeto, independente das expressões utilizadas para se referir a este objeto.

Além desses dois axiomas principais, Searle ainda propõe a adição de um terceiro axioma que ele chama de axioma da identificação, que diz o seguinte:

¹⁰⁰ Cf. SEARLE (1969), p. 72-96

3 - Se um falante se refere a um objeto, então ele o identifica ou é capaz de possibilitar ao seu ouvinte a identificação deste objeto dentre outros objetos possíveis.

A estas três condições podemos ainda acrescentar uma quarta relacionada à veracidade ou não da afirmação/predicação feita ao objeto no ato da referência. Isto é, a predicação feita ao objeto referido deve realmente se aplicar a ele, deve ser verdadeira.

Alguns dos problemas mais discutidos e importantes relacionados à questão referencial, segundo Michael Devitt (1989)¹⁰¹ são quatro, a saber:

“The “Fido”-Fido theory has problems that have been familiar since Frege and the early Russell: the differing “cognitive values” of ‘ $a = a$ ’ and ‘ $a = b$ ’, which I shall call “the Identity Problems”; the nontriviality of true existence statements and the meaningfulness of true negative ones, which I shall call “the Existence Problems”; the meaningfulness of empty names, which I shall call “the Emptiness Problem”; the failure of substitutivity of identicals in thought or propositional attitude ascriptions, which I shall call “the Opacity Problems.” “

Nós, no entanto, vamos somente abordar alguns aspectos referentes ao problema da existência que, segundo acreditamos, é um dos problemas mais relevantes para o nosso trabalho sobre termos singulares. Vamos tentar, então, em linhas gerais, fazer um resumo do conteúdo dessa discussão.

¹⁰¹ Em FRENCH e outros (1989), p.206-240

2.9 Problemas acerca da existência

Um dos problemas mais discutidos, talvez, relacionado à utilização das referências singulares, seja sobre a existência (e que tipo de existência) do sujeito gramatical dos enunciados em que ocorrem. Esta questão é bastante importante porque a existência ou não do objeto referido vai, de certa forma, definir o valor de verdade dos enunciados. Ao abordarmos este assunto, porém, entramos num terreno bastante ardiloso pois a própria definição do conceito de existência já nos traz bastante dificuldades.

O fato é que questões sobre a existência e sobre que tipo de coisas existem no mundo não é recente e remonta à própria história da filosofia. Em Platão, mais especificamente no Teeteto, já encontramos esta preocupação com o fato da possibilidade de podermos predicar algo a coisas não existentes:

“Sócrates. É possível um homem estar vendo uma coisa e o que vê seja nada?

Teeteto. Impossível.

Soc. Mas se ele vê alguma coisa, ele vê algo que existe. Você acha que o que seja algo sempre pode ser classificado como coisas não existentes?

Tee. Não.

Soc. Então, se se vê algo, se vê uma coisa que é.

Tee. Seguramente.”¹⁰²

Sobre este assunto, classificado como “problema ontológico”, Thomas

¹⁰² Cf. PLATÃO (1952) Teeteto, 188 p. 537

Moro Simpson (1979)¹⁰³ coloca:

“O que se denomina “problema ontológico” foi formulado por W. V. O. Quine através da seguinte pergunta breve: “O que existe?”. esta pergunta abarca qualquer número de especificações: Existem números? Existem, em algum sentido, Hamlet e Dom Quixote, de quem tanto se fala ainda? Existem os quadrados redondos? Dito de maneira mais geral: Que espécie de entidades povoam o universo? Basta que uma expressão seja o sujeito gramatical de uma frase significativa para que nos vejamos obrigados a admitir a existência de um objeto designado por ela?”

Este problema se coloca porque nos parece que ao utilizarmos uma referência singular definida estamos, de uma certa maneira, implicando ou pressupondo a existência desse objeto. Observe estes enunciados:

11 - O João comprou o meu carro.

12 - O artista que pintou este quadro é muito talentoso.

Ao enunciarmos a sentença n.11, além de pressupormos a existência do indivíduo “João”, pressupomos também que o conhecimento desta referência seja partilhada por nosso interlocutor. Caso contrário, faríamos a nomeção deste indivíduo de outra maneira, como por exemplo, através de uma descrição indefinida:

13 - Um arquiteto de São Paulo comprou o meu carro.

¹⁰³ Cf. SIMPSON (1979), p. 83

ou ainda

14 - Um tal “João” comprou o meu carro.

Agora, em se tratando do enunciado n. 12, a situação já é bem diferente. A utilização de um termo singular, neste caso, garante somente a pressuposição da existência do indivíduo, que pode ser qualquer pessoa dentro do universo possível de pintores de quadros. O falante, ao mesmo tempo que desconhece qualquer informação adicional sobre este indivíduo, a não ser que pintou o referido quadro, deixa explícito o seu desconhecimento. Além disso, este falante não exige que o seu ouvinte possua qualquer informação sobre o tal artista. Quanto às condições estabelecidas anteriormente necessárias ao sucesso na utilização de um termo singular, o enunciado n. 12 preenche somente a primeira condição: a da existência. Ele não cumpre, porém, a condição de identificação porque não identifica precisamente o indivíduo referido nem possibilita ao ouvinte fazê-lo.

Nos enunciados acima, tanto o nome próprio “João” como a descrição definida “ O artista que pintou este quadro” cumprem a função referencial. Como dissemos anteriormente, uma das principais condições exigidas na garantia de sucesso na utilização de um termo singular é o da existência deste objeto. Esta questão surge porque há, evidentemente, alguns casos em que uma expressão referencial pode não estar sendo utilizada referencialmente. É o caso, por exemplo, de expressões como:

15 - “Horácio “ se escreve com “h”.

ou

16 - “Adelina” é o diminutivo de “Adélia”

Nestes casos, os termos “Horácio”, “Adelina” e “Adélia” , não estão sendo utilizados para afirmar/predicar qualquer coisa a respeito dos indivíduos aos quais estes nomes se aplicam, e sim para mencionar¹⁰⁴ alguma coisa sobre as palavras que nomeiam estes indivíduos. Isto é, nestas ocorrências, os nomes próprios “Horácio”, “Adelina” e “Adélia” não estão sendo utilizados no seu sentido usual, que é o de nomear e identificar um indivíduo dentro de um contexto. São ocorrências não designativas. Uma explicação sobre estas diferentes ocorrências está em Reichenbach (1951) que, faz a distinção entre linguagem e metalinguagem - enquanto a linguagem usual fala sobre coisas, a metalinguagem fala sobre a linguagem:

“A frequent means of expressing the transiction to the metalanguage is the use of quotation marks. When we speak about the word “Peter” we include it in quotes and thus indicate that we do not speak about the man. For instance, “Peter” has 5 letter, whereas Peter plays baseball. If the two languages are mixed up, certain antinomies can be constructed, and the distinction of the levels of language is therefore a necessary prerequisite of logic.”¹⁰⁵

Há casos, porém, mais complicados. Compare as expressões seguintes:

¹⁰⁴ Cf. SEARLE (1969)p. 73.

¹⁰⁵ Cf. REICHENBACH (1951), p. 226.

17 - “Capitu tinha um olhar oblíquo”

ou

18 - “ A sereia estava sentada em uma pedra”

ou ainda

19 - “O Santo Graal foi encontrado”

Se considerarmos a condição n. 1 estabelecida anteriormente (condição de existência) que diz que o que quer que seja referido deva existir, podemos afirmar que os termos singulares nas expressões acima estão sendo utilizados referencialmente já que sabemos, a princípio, que os objetos nomeados por meio destes termos são objetos ficcionais que não “existem” no mundo “real”? Esta questão, aparentemente simples, esconde algumas complicações. Vamos ver o que disseram alguns autores sobre este assunto.

De acordo com a teoria fregeana, todos os termos da linguagem possuem sentido e referência e, nas palavras de Frege:

“ É , pois, plausível pensar que exista, unida a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto.

Consequentemente, segundo nosso exemplo , a referência das expressões “o ponto de interseção de a e b” e “o ponto de interseção de b e c” seria a mesma, mas não os seus sentidos. A referência de “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã” seria a mesma, mas não o sentido.”¹⁰⁶

Entretanto, nos casos em que uma sentença contenha um termo que não possua referência e, segundo Frege, é justamente por meio da referência que vamos buscar o seu valor de verdade, não há condições necessárias para dizer se ela é verdadeira ou se é falsa. Pois se “é da referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado”¹⁰⁷ sentenças deste tipo não seriam nem verdadeiras nem falsas.

Já, de acordo com Russell, sentenças deste tipo seriam consideradas falsas porque não podemos, na análise de sentenças, aceitarmos como “existentes” coisas “irreais”:

“ ...se atribuímos significância a grupos de símbolos que não têm significância alguma, cairemos no erro de admitir irrealidades, no único sentido em que isso é possível, a saber, como objetos descritos.”¹⁰⁸

Ainda segundo Russell, sentenças contendo termos singulares são, na realidade, sentenças existenciais disfarçadas. Isto quer dizer que quando nos referimos a um objeto por meio de um termos singular, estamos de uma certa maneira implicando sua existência. Russell ainda coloca que uma sentença deste tipo não pode ser significativa se o sujeito gramatical do qual é afirmado qualquer coisa não existe. Neste caso, esta sentença seria falsa já que não é acerca de coisa nenhuma.

¹⁰⁶ Cf. FREGE (1978), p.62.

¹⁰⁷ Ibid. p. 68.

¹⁰⁸ Cf. RUSSELL (1974), p. 163

Agora, para tentar resolver o problema de termos singulares que falham ao referir, em específico as descrições definidas, Russell¹⁰⁹ postulou a existência de “nomes próprios lógicos” (como foi observado anteriormente) que teriam como seu significado justamente o objeto ao qual eles se referem. Estes nomes próprios lógicos não poderiam falhar ao referir, sempre possuindo uma referência.

Já Strawson (1989)¹¹⁰ discorda dos argumentos apresentados por Russell na Teoria das Descrições. Segundo ele, a utilização de um termo singular não *implicaria* numa afirmação existencial, mas sim semanticamente *pressuporia* a existência do objeto nomeado. E se o termo singular falhasse ao referir, ou melhor, se o objeto ao qual nos referimos e afirmamos alguma coisa não existir, a questão da verdade ou falsidade não se colocaria, sendo o enunciado nem verdadeiro nem falso.

O que permite a Strawson esta interpretação é o fato dele fazer uma distinção fundamental entre *sentença* e *enunciado* e também devido sua noção do que seja o significado de uma expressão. Diferentemente de Russell que ao analisar as expressões referenciais individualizantes considera o significado destas expressões como obtido por meio da existência do objeto particular por elas denotado (se o objeto denotado não existir, a sentença carece de significado pois é acerca de coisa nenhuma), para Strawson “ a significação de uma expressão, contudo, não é o conjunto de coisas ou a coisa particular a que se pode fazer referência ao utilizar corretamente a expressão: a significação é o conjunto de regras, hábitos e convenções que determinam a utilização da expressão para fazer referência”¹¹¹. Ou melhor, o significado de um nome é dado por meio das condições, das convenções linguísticas que determinam o seu uso correto. Por exemplo, a sentença “O marido de Joana é simpático”, que é uma sentença bem formada e certamente possui um significado, não pode ser considerada nem verdadeira nem

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Cf. STRAWSON (1989), p. 152-170.

¹¹¹ Ibid. p. 157.

falsa. O que vai nos permitir dizer algo sobre seu valor de verdade é o uso que faremos dessa sentença, pois verdade e falsidade é uma propriedade dos enunciados e não das sentenças. Strawson diz:

“A mesma expressão pode ter diferentes utilizações mencionadoras, assim como uma mesma sentença pode ser utilizada para fazer enunciados com diferentes valores de verdade. “Mencionar” ou “referir” não é algo que uma expressão faça; é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão. Mencionar ou fazer referência a alguma coisa é característica de *uma utilização* de uma expressão, assim como “ser acerca de” algo e verdade-ou-falsidade são características de *uma utilização* de uma sentença.”¹¹²

Retomando o exemplo citado acima, a sentença “O marido de Joana é simpático” poderá dar origem tanto a um enunciado verdadeiro como a um enunciado falso somente se o sujeito gramatical existir. Neste caso, o enunciado será verdadeiro se o marido de Joana for realmente simpático e falso se ele não o for. Agora, no caso de Joana não ser casada, deixamos de proferir um enunciado e sim uma sentença que não pode ser considerada nem verdadeira nem falsa, pois simplesmente falhamos ao referir pois o termo sujeito, neste caso, não se aplica a nada, carecendo de referência.

Strawson ainda coloca que a mesma expressão pode ter diferentes utilizações mencionadoras. Tanto podemos utilizar uma expressão para referir como para mencionar, e que:

“A origem do erro cometido por Russell encontra-se em que ele pensou que fazer

¹¹² Ibid. p. 156.

referência ou mencionar - a supor que isso tenha de fato ocorrido - deve ser significar. Russell não distinguiu (B1) uma expressão de (B2) uma utilização de uma expressão; ele confundiu as expressões com as suas utilizações num contexto particular; e, desse modo, confundiu significar com mencionar, com fazer referência.¹¹³

Uma proposta diferente e bastante interessante é a apresentada por Donnellan¹¹⁴ em 1966, no texto intitulado “Reference and definite descriptions”. Neste trabalho, o autor critica tanto alguns aspectos da teoria de Russell quanto de Strawson sobre as descrições definidas, afirmando que nem um nem outro apresentou uma abordagem correta do uso das descrições definidas.

Segundo Donnellan, as descrições definidas cumpririam duas funções possíveis: uma referencial e outra atributiva.¹¹⁵ Em linhas gerais, usamos uma descrição definida referencialmente quando queremos, dentro de um contexto, possibilitar ao nosso interlocutor a identificação correta da pessoa, do particular sobre quem estamos fazendo algum comentário, o que sempre vai envolver a pressuposição ou implicação de existência do indivíduo referido. Por exemplo, se estamos numa festa e queremos nos referir a uma pessoa cujo nome não sabemos, podemos fazê-lo de diversas maneiras: “aquele homem lá de camisa azul” ou ainda “o homem que está conversando com sua irmã”. Agora, um aspecto importante da utilização das descrições definidas utilizadas referencialmente, é que mesmo se a descrição contiver alguma informação falsa e não se aplicar a ninguém, mesmo assim a referência pode ser bem sucedida. Podemos, por exemplo, ao vermos uma pessoa falando uma língua estrangeira que acreditamos ser o russo, nos referirmos a ela da

¹¹³ Ibid. p. 157.

¹¹⁴ Cf. STEINBERG & JAKOBOVITS (1971), p. 100-114.

¹¹⁵ SEARLE 1995 (p. 213-250), no ensaio intitulado “Referencial e Atributivo”, discorda desta distinção de Donnellan.

seguinte maneira: “aquele homem que está falando russo é professor de matemática”. No entanto, tanto o fato dele estar falando alemão como o fato do meu interlocutor saber que ele está falando alemão, não vão impedir, provavelmente, que ele seja corretamente identificado pelo meu interlocutor.

Por outro lado, no uso atributivo de uma descrição definida, se nada corresponder à descrição e ela não for verdadeira sobre nada, ela provavelmente não referirá. Ou seja, no uso atributivo, a descrição definida deve ser verdadeira, pois nossa intenção é a de afirmar alguma coisa sobre *quem quer que seja* que satisfaça esta descrição, quer este ser ele exista ou não no momento da fala. Neste caso, a pressuposição de existência é diferente do uso referencial, sendo que ela não recai sobre um indivíduo específico, particular.

Exemplificando. Dada a sentença “o homem que cortou esta árvore é um idiota”, se não sabemos quem foi o indivíduo que praticou esta ação, simplesmente pressupomos que exista alguém que tenha cortado a árvore tal e que este alguém seja, na nossa opinião, um idiota. Se por acaso não foi um homem que cortou a árvore, mas ela caiu devido a um raio, nossa descrição não será verdadeira de pessoa alguma e, por este motivo, será falsa.

Donnellan coloca que a descrição definida utilizada referencialmente é simplesmente um instrumento para identificar tal e tal pessoa dentro de um contexto o que, geralmente, poderia também ser feito por meio de outra descrição definida ou um nome próprio sem prejuízo algum pois cumpririam a mesma função. Entretanto, quando o uso for atributivo, a descrição definida é essencial pois o que importa agora é o fato de que o falante está afirmando/predicando algo de quem quer que seja que satisfaça a descrição.

Esta distinção de Donnellan entre uso atributivo e referencial das descrições definidas resolve, aparentemente, o problema de quando a descrição

definida falha ao referir, ou melhor, quando ela não se refere a nada. Neste caso, o valor de verdade atribuído a este tipo de descrição definida vai dar resultados diferentes dependendo do fato dela estar sendo utilizada atributiva ou referencialmente. Em suas palavras:

“The presupposition or implication is borne by a definite description used attributively because if nothing fits the description the linguistic purpose of the speech act will be thwarted. ...If one states that Smith’s murderer is insane, when Smith has no murderer, and uses the definite description nonreferentially, then one, fails to say anything *true*. If one issues the order “Bring me Smith’s murderer” under similar circumstances, the order cannot be obeyed; nothing would count as obeying it.

When the definite description is used referentially, on the other hand, the presupposition or implication stems simply from the fact that normally a person tries to describe correctly what he wants to refer to because normally this is the best way to get his audience to recognize what he is referring to. As we have seen, it is possible for the linguistic purpose of the speech act to be accomplished in such a case even though nothing fits the description; it is possible to say something true or to ask a question that gets answered or to issue a command that gets obeyed. For when the definite description is used referentially, one’s audience may succeed in seeing to what one refers even though neither it nor anything else fits the description.”¹¹⁶

Donnellan ainda observa que, geralmente, é a intenção do falante que vai nos dizer se uma descrição definida está sendo utilizada atributiva ou referencialmente. Isto porque, segundo o autor, não há entre o uso atributivo ou referencial das descrições definidas nenhuma marca sintática ou semântica que explique esta distinção. Já, no português, como mostra Borges Neto (1986), há um caso em que a distinção entre o uso referencial e atributivo parece ser sintaticamente

¹¹⁶ Cf. DONNELLAN (1971), p. 106.

marcado.¹¹⁷

Entretanto, um dos aspectos bastante discutidos sobre a questão da existência é saber se ela é ou não um predicado. Retomando Frege, a existência não é uma propriedade dos objetos e sim dos conceitos. Ele considera impossível e sem sentido predicar de um objeto o que se predica de um conceito isto porque “um nome próprio nunca pode ser uma expressão predicativa, embora possa fazer parte dela”. “Ele ainda exemplifica:

“A sentença “há Júlio César” não é verdadeira nem falsa, mas sem sentido, embora a sentença “há um homem cujo nome é Júlio César” tenha sentido; mas aqui temos novamente um conceito, como o mostra o artigo indefinido. O mesmo ocorre na sentença “Há apenas uma Viena”. Não nos devemos deixar enganar pelo fato de a linguagem usar por vezes a mesma palavra, ora como um nome próprio, ora como um termo conceitual. O numeral indica aqui que se trata do último caso.”¹¹⁸

Por outro lado, segundo Pears (1963)¹¹⁹, os que defendem a tese de que existência não seja um predicado, argumentam que se afirmarmos que tigres existem, o verbo “existir” não adiciona nada ao conceito de “tigre”, diferentemente, por exemplo, se afirmarmos que o tigre é grande, gordo ou se ele corre. Segundo ainda este autor, a utilização do verbo existir em sentenças existenciais singulares pode acarretar dois tipos de problemas: a tautologia ou a contradição referencial. A tautologia referencial acontece em sentenças como “esta mesa existe”, em que o verbo existir é redundante pois a própria utilização do termo singular “esta mesa”, dentro do contexto de fala, implica na existência do objeto referido. Já em enunciados

¹¹⁷ BORGES NETO (1986), p. 145-149.

¹¹⁸ Cf. FREGE (1978), p. 98.

¹¹⁹ Cf. STRAWSON (1968), p. 97-102.

como do tipo “esta mesa não existe” dá origem à contradição referencial porque, como dissemos acima, estamos implicando existência ao utilizarmos “esta mesa”. Entretanto, fora estes casos em que a existência acarrete tautologia ou contradição referencial, Pears defende a tese de que a existência desempenhe, dentro de certas condições, a função de predicado, que ele classifica como um tipo peculiar de predicado. São três condições: Primeira: a implicação e a asserção ocorrem no mesmo nível.

“it might happen that the subject-phrase of a singular existential statement referred to something or somebody in the world of fiction, and so implied existence in that world, but did not imply existence in the real world.”¹²⁰

Por meio desta condição damos conta de alguns problemas como os que surgem quando utilizamos expressões que não possuam referência (no sentido fregeano) no mundo real, como no caso das sereias ou de Capitu. A segunda condição diz que a implicação e a asserção se referem a diferentes épocas, como nos casos em que negamos, no momento da fala, a existência de um objeto que, em algum momento no passado, existiu. Como, por exemplo “os dinossauros não existem”. Já a terceira condição se aplica nos casos em que a implicação e a asserção sejam sobre diferentes níveis como nos casos em que, após termos visto um disco-voador e acreditarmos que isto seja apenas uma alucinação, emitirmos o seguinte enunciado: “este disco voador não existe”. Neste caso, “este disco voador” está se referindo ao objeto existente a nível de alucinação e não a nível de realidade.

Agora, depois de compreendermos um pouco mais sobre o papel

¹²⁰ Ibid., p.99

desempenhado pelos termos singulares, principalmente dos nomes próprios e descrições definidas, e sua importância para o estudo da filosofia da linguagem, vamos apresentar a tradução, na última seção desta dissertação, da análise que Vendler propõe para esses termos.

03

“TERMOS SINGULARES”, DE ZENO VENDLER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Depois de todo caminho até aqui percorrido, esperamos ter, de alguma forma, conseguido delinear a importância das principais contribuições do estudo de alguns filósofos analíticos para uma melhor compreensão da caracterização linguística e do papel desempenhado pelos termos singulares na linguagem.

Dentro deste contexto procuramos, por meio de uma abordagem histórica, apresentar algumas das idéias defendidas pelos principais filósofos deste século sobre a questão da relação linguagem/mundo e da posição ocupada pelos termos singulares dentro de uma teoria da referência. Procuramos também mostrar a complexidade deste assunto apontando os principais problemas referentes à definição/conceitualização da categoria nome próprio e da divergência entre alguns pensadores sobre esta questão.

Finalmente, depois de toda parte teórica, a tradução do texto “Termos Singulares” de Zeno Vendler apresentará, efetivamente, uma tentativa em

conceitualizar e compreender a natureza dos termos singulares, principalmente dos nomes próprios e das descrições definidas. Como já observamos no item 1.6 do primeiro capítulo, Vendler, ao investigar e analisar os termos singulares, vai conjugar, nesta tarefa, conhecimentos lógicos e linguísticos considerando, principalmente, o comportamento sintático e, muitas vezes, o contexto conversacional em que estes termos ocorrem.

Vendler vai centralizar sua exposição basicamente em torno das descrições definidas, isto é, dos termos singulares formados a partir de nomes comuns, introduzidos pelo artigo definido ou pelos pronomes demonstrativo ou possessivo. Após comparar a sintaxe destes termos em diferentes contextos e sobretudo após uma extensiva investigação do papel desempenhado pelo artigo definido quando da formação dos termos singulares do tipo *artigo definido + nome comum*, Vendler propõe algumas regras básicas necessárias à formação destes. Estas regras também, segundo Vendler, nos permitirão obter um procedimento de reconhecimento de qualquer sequência do tipo *artigo definido + nome comum*, quando esta sequência representar um termo singular.

3.1 Notas sobre a tradução

Resolvemos, por questões de clareza e respeito ao texto original, apresentarmos os exemplos citados por Vendler em inglês seguidos imediatamente da tradução em português. Quando os exemplos citados em inglês resultarem em expressões agramaticais em português, estas serão traduzidos com asteriscos e faremos os devidos comentários em notas de rodapé.

A fim de distinguirmos as notas de Vendler das nossas, decidimos

estipular o seguinte: as notas do tradutor, diferentemente das do autor, serão seguidas de um asterisco (*). As notas de rodapé do tradutor antecedidas de dois asteriscos (**) são comentários referentes às notas de rodapé do autor.

ZENO VENDLER

TERMOS SINGULARES

TERMOS SINGULARES¹

Zeno Vendler

1 A tentativa de compreender a natureza dos termos singulares tem sido uma das permanentes preocupações da filosofia analítica e a teoria das descrições é frequentemente mencionada como talvez o mais óbvio triunfo dessa filosofia. Quando lemos as muitas páginas que Russell, Quine, Geach, Strawson e outros dedicaram a este assunto e à medida que compreendemos suas investigações em relação aos termos singulares, não podemos senão concondar com esta preocupação. Talvez a função mais importante da linguagem seja a expressão de fatos, e a fim de compreendermos este papel devemos saber como os nomes próprios funcionam e como se forma uma descrição definida, devemos saber exatamente o que estamos fazendo quando nos referimos a alguma coisa, em particular se quando praticamos tal ato nós afirmamos ou somente pressupomos a existência desta coisa e,

¹ Este texto foi retirado do livro de Vendler, *Linguistics in Philosophy*, Ithaca, Cornell University Press, 1967, pp. 33-69.

finalmente, devemos saber que tipo de existência está envolvida nas várias situações.

Como eu acabei de sugerir, o esforço coletivo destes filósofos sobre este assunto tem sido bem sucedido. Apesar de algumas discordâncias, os resultados são fundamentalmente convergentes e nos dão uma noção razoavelmente esclarecedora da caracterização linguística e da condição lógica dos termos singulares. Este é um fato surpreendente. Minha expressão de surpresa, entretanto, significa mais uma homenagem do que um insulto: eu estou surpreso com o fato destes autores terem conseguido tanto com o pouco que eles tinham a sua disposição: poucos e frequentemente incorretos dados linguísticos obscurecidos por uma gramática arcaica era frequentemente tudo que eles tinham para começar. Contudo, suas conclusões, como iremos observar, antecipam em substância as descobertas da avançada teoria gramatical atual. Naturalmente, eles tinham suas intuições e o aparato da lógica formal. Mas as intuições geralmente enganam e a lógica formal tende a simplificar demais. No entanto, neste caso, a combinação destes dois fatores produziu resultados felizes, muitos dos quais serão confirmados neste trabalho com base em considerações estritamente linguísticas.

2 Eu pretendo prosseguir de uma maneira mais expositiva do que polêmica. Para começar, deverei tentar indicar a importância dos termos singulares para a teoria lógica; então eu deverei esboçar as características linguísticas que marcam estes termos; e finalmente usarei estes resultados para avaliar a validade de algumas asserções filosóficas.

Enquanto alguns filósofos consideram os termos como puras entidades linguísticas - isto é, como partes de sentenças ou de uma fórmula lógica - outros os consideram componentes de certas entidades não-linguísticas chamadas

proposições.² Como meu interesse, pelo menos num primeiro momento, é principalmente linguístico, deverei utilizar a palavra *termo* de acordo com a primeira alternativa, isto é, para denotar uma sequência de palavras de certo tipo ou seu equivalente numa notação lógica. Este procedimento, no entanto, não se destina a pre-julgar a questão. De fato nós iremos, pelo curso natural de nossas investigações, ser conduzidos a uma perspectiva um pouco diferente da primeira alternativa.

3 A palavra *termo* pertence ao vocabulário do lógico e não ao do linguista. Embora o uso de *termo* não seja totalmente uniforme, muitos lógicos concordariam com a seguinte aproximação: o resultado de uma análise lógica de uma proposição consiste na forma lógica e nos termos que compõem esta forma. Estes últimos não possuem uma estrutura própria; eles são elementos 'atômicos', sendo os parâmetros na equação lógica. Esta simplicidade, no entanto, é relativa: pode acontecer de que um termo deixado intacto num certo nível da análise requererá uma resolução posterior em um nível mais avançado desta análise. A análise de Russell das descrições definidas e a eliminação dos termos singulares por Quine podem servir como exemplos clássicos de tal postura³ Para dar uma simples elucidação, enquanto no argumento

Todos os filisteus odiavam Sócrates

Alguns atenienses eram filisteus

∴ Alguns atenienses odiavam Sócrates

a expressão *odiavam Sócrates* não necessita ser analisada, isto é, ela pode ser

²Quine utiliza a expressão "termo" somente quando aplicado a itens linguísticos enquanto eu o utilizo para se referir a itens não -linguísticos.' (P. F. Strawson, *Individuals*, p. 154 n).

³ Veja, por exemplo, B. Russell, 'Descriptions', capítulo 16 na *Introduction to Mathematical Philosophy*, p. 167-80; W. V. Quine, *Methods of Logic*, p. 220 ff.

considerada como um termo para os objetivos da lógica silogística; no igualmente válido argumento

Todos os filisteus odiavam Sócrates

Sócrates era um ateniense

∴. Algum ateniense era odiado por todos os filisteus

a expressão *odiavam Sócrates* tem que ser dividida para demonstrar validade por meio da teoria da quantificação.

As formas lógicas disponíveis na lógica silogística simples tratam todos os termos da mesma maneira: todos os termos podem ter 'quantidade' universal ou particular de acordo com o 'quantificador' (todo (s), algum (ns)), com a 'qualidade' da proposição (afirmativa ou negativa) e com a posição ocupada pelo termo (sujeito ou predicado). É na teoria da quantificação que a diferença entre termos singulares e gerais torna-se explícita. Isto porque os próprios modelos podem estabelecer essa distinção, tal como representado abaixo:

$(x) (Px \supset Hxs)$

então

∴. $(\exists x) [Ax.(y) (Py \supset Hyx)]$

Repare que o argumento não funcionará se *Sócrates* for tratado como outros termos (*filisteu, odiado, ateniense*). Tal tratamento poderá resultar no seguinte:

$(x) [Px \supset (\exists y) (Sy.Hxy)]$

$(\exists x) (Sx.Ax)$

$$\therefore (\exists x)[Ax.(y) (Py \supset Hyx)]$$

Claro está que este argumento não é válido. Entretanto, tal como determinado por Quine, *Sócrates* pode ser representado como um termo equiparável aos demais desde que se acrescente a seguinte oração de singularidade às premissas:

$$\therefore (x) (y) (Sx.Sy. \supset x = y)$$

A proposta de Quine restaura a homogeneidade dos termos característicos da lógica silogística: o aspecto singular ou geral torna-se uma função da forma lógica em si. O lógico, todavia, esteja ele ou não inclinado a seguir Quine, pelo menos terá que perceber a diferença existente entre termos como *Sócrates* e *filisteu* ou *ateniense*. Além disso, o termo *Sócrates* terá de ser representado por uma constante individual. Por outro lado, se preferir a homogeneidade, tratando o termo como um predicado, então terá de acrescentar a oração de singularidade. É aqui que surge o problema de como identificar termos que demandam considerações tão especiais, ou seja, como identificar termos singulares. A possibilidade de uma língua 'ideal' não livrará o linguista da obrigação de enfrentar esse problema se houver pretensão de se interpretar proposições formuladas numa língua natural.

As considerações de ordem linguística relevantes para a solução desse problema não se encontram de forma alguma restritas à morfologia do termo em questão; a totalidade da sentença, bem como suas diversas manifestações possíveis e até mesmo o ambiente pragmático e textual em que ela ocorre devem ser frequentemente considerados. Claro que um lógico que fale fluentemente a língua em questão é normalmente capaz de fazer uma escolha mesmo que não tenha uma noção explícita dos fatores relevantes. Não se pode, entretanto, utilizar essa

faculdade intuitiva como base para asserções filosóficas confiáveis sobre termos singulares. Para encontrar o fundamento para tais asserções, deve-se, antes de mais nada, proceder a uma revisão da 'história natural' dos termos singulares em inglês, assunto que passo a examinar nas seções seguintes.

4 Não foi por acaso que selecionei um nome próprio, *Sócrates*, como exemplo de termo singular; nomes próprios são tradicionalmente considerados como paradigmas de termos singulares. Devido a uma feliz convenção da ortografia do inglês moderno, os nomes próprios, quando escritos, trazem suas credenciais nas próprias mangas o que, porém, não basta como critério. Muitos adjetivos como, por exemplo, *English*^{4*} são grafados sempre com inicial maiúscula. Ademais, embora essa convenção possa ajudar o leitor, ela certamente não ajuda o ouvinte ou o escritor em virtude da ausência do morfema de capitalização. Devemos, portanto, recordar o *dictum* dos linguistas segundo o qual a língua é a língua falada e procurar por verdadeiros sinais.

Em primeiro lugar, devemos recorrer à intuição de que nomes próprios não possuem significado algum no sentido de 'sentido' e não de 'referência'^{5*}, o que é corroborado pelo fato de que eles não necessitam de tradução em outra língua. *Vienna* é a versão inglesa e não a tradução para o inglês do nome próprio alemão *Wien*.. Consequentemente, os dicionários não relacionam nomes próprios; o conhecimento dos nomes próprios não guarda relação com o conhecimento de uma língua. Em termos linguísticos, essa intuição significa o seguinte: nomes próprios não

^{4*} N.T. - Em português, no entanto, não ocorre o mesmo. Adjetivos gentílicos (que na realidade mantêm uma relação com os nomes próprios já que são, de certa maneira, derivados deles) não são grafados com iniciais maiúsculas. Observe:

a) Aquele homem é inglês.

b) João é um compositor brasileiro.

^{5*} N.T. - Cf a distinção feita por Frege entre sentido e referência abordada por nós no primeiro capítulo desta dissertação, páginas 22-23.

possuem restrições específicas de co-ocorrência⁶. Isto pode ser ilustrado por um exemplo simples:

(1) I visited Providence

“Eu visitei Providence”

é uma sentença correta mas

(2) *I visited providence

“*Eu visitei providence”

não é (aqui eu faço uso da convenção mencionada acima). A palavra *providence* tem restrições de co-ocorrência bem restritas que excluem contextos como (2). O nome morfológicamente idêntico em (1), no entanto, deixa de lado essas restrições e permite co-ocorrência com *Eu visitei...*⁷. É evidente que o nosso conhecimento do fato de que Providence é, na verdade, uma cidade, resultará na imposição de outras restrições. A consciência desse fato, no entanto, pertence ao domínio da geografia, e não ao da linguística. Isto é, enquanto o fato de sabermos que a palavra *providence*

⁶ Sobre a noção de co-ocorrência, ver Z.S. Harris, "Co-ocorrência e Transformação na Estrutura Linguística", *Language*, XXXIII (1957), 283-340.

⁷ * N.T. - Em português, há alguns casos em que a interpretação pode ser ambígua. Isto acontece com alguns nomes próprios homônimos de um nome comum quando acompanhados de certos verbos e introduzidos por artigo definido (vale lembrar que em inglês nomes próprios de pessoa, a princípio, não podem ser antecidos por artigo definido). Observe estas sentenças:

a) Eu encontrei a Margarida

b) Eu encontrei a margarida.

Apesar de (b) nos causar um pouco de estranheza, ela é uma sentença possível. O falante pode estar se referindo a uma margarida específica, identificada pelo contexto discursivo, como, por exemplo, *a margarida que meu avô deu à minha mãe no aniversário dela* ou *a espécie de margarida que procurávamos*. Contudo, a ambiguidade de interpretação entre nomes próprios e comuns homônimos pode ser resolvida de acordo com o contexto em que ocorrem (e em grande parte o que vai nos ajudar a eliminar esta ambiguidade é a ocorrência de certos verbos como *telefonar, casar, chamar, etc.*):

c) Eu chamei a Margarida.

d)*Eu chamei a margarida.

não pode ocorrer em contextos como em (2) está relacionado à compreensão do significado desta palavra, não é a compreensão do nome *Providence* que permite (1), mas sim o conhecimento de que este é um nome de cidade. De um ponto de vista linguístico, nomes próprios não possuem restrições de co-ocorrência além das amplas restrições gramaticais que recaem sobre frases nominais em geral. Na verdade, somente alguns nomes próprios possuem uma identidade morfológica com palavras significantes; e esta coincidência possui somente um interesse histórico: *Providence*, como um nome, não é mais significativa que *Pawtucket*. Por esta razão, alguns linguistas consideram todos os nomes próprios como sendo um morfema único. Nomear gatos pode ser uma tarefa difícil, mas esta atividade não enriquece a língua.

Um pouco de reflexão mostrará que a própria não-abrangência dos nomes próprios que não coincidem morfológicamente com palavras significantes e a falta de restrições de co-ocorrência específicas com aqueles nomes que coincidem, constituem uma valiosa pista no reconhecimento de nomes próprios no discurso falado. Mas esta característica só se aplica a nomes próprios e geralmente lança pouca luz sobre a natureza dos termos singulares, muitos dos quais não são nomes próprios. Existem, entretanto, outras características que marcam a ocorrência dos nomes próprios que irão nos levar a essência dos termos singulares.

5 Nomes próprios, de acordo com o que foi exposto acima, se inserem em meio a frases nominais. E a maioria deles pode ocorrer sem qualquer aparato adicional, diferentemente da grande maioria dos nomes comuns que, pelo menos no singular, requerem um artigo ou seu equivalente. A sentença

* I visited city

**"Eu visitei cidade"

necessita de um artigo, mas a sentença (1) citada anteriormente não necessita de artigo. Alguns nomes comuns, também, podem ocorrer sem artigo. Isto ocorre com os nomes chamados de 'massa' e 'abstratos'. Por exemplo:

I drink water

"Eu bebo água."

Love is a many-splendored thing.

"Amor é uma coisa muito esplendorosa."

Estes nomes também, pelo menos quando seguidos de certos 'adjuntos' (em itálico) na mesma frase nominal, podem vir anteceditos de artigo definido.⁸

I see the water *in the glass*.

"Eu vejo a água *no copo*."

The love *she felt for him* was great.⁹

"O amor *que ela sentia por ele* era grande."

Mais tarde irei trabalhar mais cuidadosamente a questão do papel dos adjuntos como *no copo* e *que ela sentia por ele*. No momento só vou expressar a intuição de que estes adjuntos, de alguma maneira ou outra, restringem a aplicação dos substantivos em questão; *no copo* indica uma quantidade definida de água, *que ela sentia por ele* singulariza o amor.

Esta intuição ganha força à medida que percebemos que estes adjuntos

⁸ A noção técnica 'a frase x é um adjunto da frase y' grosseiramente corresponde a noção intuitiva de uma frase 'modificando' outra. Veja Z.S. Harris, *String Analysis of Sentence Structure*, pp. 9ff.

⁹ Nomes de massa podem vir antecedido de artigo indefinido somente em explícita ou implícita combinação com nomes de 'medida': *um quilo de carne*, *uma xícara de café*; frases como *um café* são produtos de um óbvio apagamento; *um (copo de) café*.

e o artigo definido são incompatíveis com os nomes próprios^{10*}, ou, se forçarmos um pouco, eles destroem a própria natureza destes nomes. Em primeiro lugar, há alguma coisa incomum em relação a frases nominais como

(3) the Joe in our house

“o Joe em nossa casa”

(4) the Margaret you see.

“a Margaret que você vê.”

E observem, esta estranheza não é devida às restrições de co-ocorrência:

(5) Joe is in our house

“Joe está em nossa casa”

(6) You see Margaret

“Você vê Margaret”

¹⁰ * N.T. - Em português, diferentemente do inglês, nomes próprios podem vir ou não antecidos pelo artigo definido. No que se refere a nomes próprios de pessoa, podemos tanto dizer:

a) O João é um cara legal.

como

b) João é um cara legal.

Por outro lado, os nomes de indivíduos que pertencem à memória histórico-cultural coletiva geralmente não são precedidos pelo artigo definido (mas podem ser). Observe:

c) Pixinguinha foi um flautista genial.

d) Machado de Assis é um dos escritores brasileiros mais importantes.

e) Noel Rosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro.

Já os nomes próprios de cidade, geralmente, não são antecidos pelo artigo definido (no entanto, também podem ser: *O Rio de Janeiro continua lindo*):

f) Curitiba é uma cidade agradável.

g) Recife é a capital de Pernambuco.

h) Campo Grande fica no Mato Grosso do Sul.

No português de Portugal, segundo MATEUS (1989), o artigo definido somente precede os nomes de cidade quando formados historicamente a partir de nomes comuns, como o Porto, por exemplo.

Os nomes próprios de país, em português, são usualmente antecidos por artigo definido:

i) O Brasil é um país de muitos contrastes.

j) A França faz divisa com a Itália.

É claro que em alguns contextos, como legendas de jornais, podemos omitir o artigo definido.

são sentenças perfeitamente naturais. A questão é que, embora sentenças como

I see a man

“Eu vejo um homem”

Water is in the glass

“A água está no copo”

He feels hatred

“Ele sente ódio”

dêem origem a frases nominais como

the man I see

“o homem que eu vejo”

the water in the glass

“a água no copo”

the hatred he feels

“o ódio que ele sente”

sentenças como (5) e (6) somente com alguma dificuldade vão dar origem a frases como (3) e (4). Todavia, estas frases ocorrem e nós as compreendemos. É claro, no entanto, que tal contexto é decisivo para um nome como um nome próprio, pelo menos no discurso em que ele ocorre. O contexto completo, explícito ou implícito, será do seguinte tipo:

The Joe in our house is not the one you are talking about.

“O Joe lá de casa não é o mesmo de que você está falando.”

The Margaret you see is a guest, the Margaret I mentioned is my sister.

“A Margaret que você está vendo é uma convidada, a Margaret que eu mencionei é minha irmã.”

Como o substituto do nome, *o mesmo*, deixa bastante claro na primeira sentença, os nomes aqui simulam a condição de um nome contável: existem dois Joes e duas Margarets pressupostos no discurso e isto é, obviamente, inconsistente com a idéia de um nome logicamente próprio. Neste caso, *Joe* e *Margaret* são na verdade equivalentes a algo como a *pessoa chamada Joe* ou a *pessoa chamada Margaret*, e como estas frases podem ser aplicadas a muitos indivíduos, eles deverão ser tratados como termos gerais pelo lógico.

Certos nomes, além do mais, podem ser utilizados para funcionar como nomes contáveis em um sentido menos comum:

Joe is not *a* Shakespeare.

“Joe não é *um* Shakespeare.”

Amsterdam is *the* Venice of the North.

“Amsterdam é *a* Veneza do Norte.”

These little Napoleons caused the trouble in Paraguay.

“*Estes pequenos* Napoleões causaram o problema no Paraguai.”

Aqui novamente podemos nos fiar pelo contexto gramatical para reconhecê-los como nomes contáveis, embora de uma origem peculiar.

É mais difícil lidar com outro caso de nomes próprios com adjuntos restritivos e artigo. Eu não quero afirmar que os nomes nas sentenças como

The Providence you know is no more

“A Providence que você conhece não existe mais”

You will see a revived Boston

“Você ira ver uma Boston renovada”

He prefers the early Mozart

“Ele prefere o jovem Mozart .”

deixaram de ser nomes próprios. Cada vez menos eu poderia por em dúvida as credenciais de nomes próprios que parecem requerer o artigo definido, como *o Hudson, o Bronx, o Cambrian* e assim por diante. As dificuldades apresentadas por estes dois casos exigem reflexões linguísticas mais avançadas, de modo que eu deverei tratar deles em uma etapa posterior.

Desconsiderando estas exceções periféricas, podemos concluir que nomes próprios se assemelham aos nomes de massa ao recusarem o artigo indefinido mas também são diferentes deles ao recusarem o artigo definido. E a razão parece ser que embora até mesmo os nomes de massa ou os nomes abstratos possam ser anteceditos pelo artigo definido quando seguidos de certos adjuntos restritivos, nomes próprios não podem ser anteceditos de artigo definido porque estes adjuntos são incompatíveis com nomes próprios. Claramente, portanto, a noção intuitiva de que o nome próprio, como tal, refere unicamente a um e somente um indivíduo tem seu equivalente linguístico na impossibilidade da ocorrência de adjuntos restritivos. Colocando isto de uma maneira grosseira, aquilo que está restrito a um não pode ser novamente restrito. Um nome próprio, portanto, é um nome que não tem restrições de co-ocorrência específicas e que evita adjuntos restritivos e, conseqüentemente, artigos de qualquer tipo na mesma frase nominal.

6 Este último ponto recebe uma bela confirmação quando voltamos nossa atenção para uma pequena classe de outros nomes que também são considerados termos singulares. São os pronomes¹¹, *Eu, você, ele, ela* e *isto*.¹² A impossibilidade de adicionar adjuntos restritivos e artigo definido é ainda mais marcada aqui do que no caso dos nomes próprios. No entanto, uma vez mais, isto não é devido às restrições de co-ocorrência; não existe nada errado com sentenças como

I am in the room.

“Eu estou na sala.”

I see you.

“Eu vejo você.”

Mas estas sentenças não vão dar origem a frases nominais como

*(the) I in the room

** (o) eu na sala”

¹¹ * N.T. - Gostaríamos de enfatizar aqui a importância do contexto discursivo quando da utilização de um pronome, em geral. Esta importância se dá devido ao fato de que a identificação dos referentes dos pronomes são totalmente dependentes deste contexto, o que não acontece geralmente, por exemplo, com o nome próprio. Isto parece acontecer porque enquanto o conteúdo descritivo dos primeiros é mínima, a dos segundos é máxima. Compare estas sentenças:

(a) Li um artigo muito interessante sobre Dalton Trevisan.

(b) Li um artigo muito interessante sobre ele.

A primeira sentença, a princípio, depende muito pouco do contexto da fala. Geralmente qualquer pessoa interessada e conhecedora da literatura brasileira, vai provavelmente saber que o nome *Dalton Trevisan* se refere a um importante escritor brasileiro. Por outro lado, na segunda sentença, o interlocutor somente poderá identificar o referente do pronome pessoal *ele* se este vier seguido de um gesto ostensivo ou se souber a quem, dentro deste contexto, este nome está se referindo. Isto é, segundo STRAWSON (1989, p. 167), a utilização dos pronomes pessoais em geral vai ser governada “por convenções *ad hoc* para cada conjunto particular de aplicações de palavras a uma dada pessoa”.

¹² Nós, vocês e eles são utilizados para referir a *grupos* singulares de indivíduos. Aqui, como na sequência, eu me restringirei a discussão de frases nominais definidas no singular. É claro, contudo, que nossas conclusões se aplicarão *mutatis mutandis* a frases nominais definidas no plural da mesma maneira: *aquelas casas, nossos cachorros, as crianças que você vê*, e assim por diante. De um ponto de vista lógico estas frases mostram uma semelhança maior com termos singulares do que com termos gerais. Veja P. F. Strawson, ‘On Referring’, *Mind*, LIX (1950), 343-4.

*(the) you I see

** (o) você que eu vejo”

Elas dariam origem a sentenças assim se os pronomes fossem substituídos por nomes comuns, tais como *um homem* ou *água*. Existe um ponto ainda mais surpreendente. Nem estes pronomes nem nomes próprios podem geralmente ser antecidos de adjetivos pronominais¹³. A partir das sentenças

He is bald

“Ele é careca”

She is dirty

“Ela está suja”

não podemos obter

*bald he

** careca ele”

*dirty she.

** suja ela.”

E até mesmo de

Joe is bald

“Joe é careca”

¹³ * N.T. - Em português, no entanto, quando os nomes próprios são antecidos de certos adjetivos introduzidos pelo artigo definido, certas sentenças não nos soam tão estranhas:

a) A simpática Maria esteve aqui.

b) A bela Paris é palco de grandes amores.

c) A grande São Paulo foi arrasada pelas chuvas.

Margaret is dirty

“Margaret está suja”

precisamos de permissão poética para obter

bald Joe

“Careca Joe”

dirty Margaret.

“Suja Margaret.”

É verdade que nós usamos epítetos “homéricos” como

lightfooted Achilles

“ligeiro Aquiles”

tiny Alice

“minúscula Alice”

e, num tom emotivo, dizemos coisas como

poor Joe

“pobre Joe”

ou até mesmo

poor she

“pobre dela”

miserable you.

“miserável de você”

mas este caso não é nem comum nem universalmente produtivo. Estes fatos parecem sugerir que adjetivos pronominais são adjuntos restritivos também. Mais tarde poderemos confirmar esta impressão.

7 ‘A gramática de uma língua é, em parte, um tratado sobre as diferentes maneiras da introdução de termos em comentários por meio de expressões daquela língua.’¹⁴ Adotando por um momento a terminologia de Strawson, podemos dizer que nomes próprios e pronomes singulares introduzem termos singulares por eles mesmos sem qualquer regra específica ou aparatos linguísticos adicionais. Estes nomes são, de fato, avessos aos aparatos restritivos que outros nomes necessitam para introduzir termos singulares, ou, voltando à nossa maneira de falar, aos aparatos restritivos que outros nomes necessitam para se tornar termos singulares. Nesta seção deverei assumir a tarefa da gramática e investigar detalhadamente a história natural dos termos singulares formados de nomes comuns. Meus paradigmas serão os nomes contáveis, simplesmente porque eles mostram toda extensão dos aparatos restritivos da língua.

Não é necessário muita sofisticação gramatical para se detectar as principais categorias de termos singulares formados a partir de nomes comuns. Eles começam pelo pronome demonstrativo, possessivo ou pelo artigo definido¹⁵ - por exemplo, *esta mesa, sua casa, o cachorro*. Os primeiros dois tipos podem ser

¹⁴ P. F. Strawson, *Individuals*, p. 147.

¹⁵ * N.T. - Sobre a caracterização semântica das descrições definidas em relação aos nomes próprios, ALLERTON (1987) faz a seguinte distinção: “Definite descriptions are generated from the grammatical and lexical resources of the language for a specific occasion, so that they are context-bound and outside that context would have either a different value or no value at all. Proper names, on the other hand, are memorized labels, which in principle are always used to refer to the same individual (making due allowance for homonymy).”

identificados por eles mesmos, mas não o terceiro. Isto pode ser mostrado com um simples exemplo. Alguém diz,

A house has burned down.

“Uma casa queimou.”

Nós perguntamos,

Which house?

“Que casa?”

As respostas

That house

“Aquela casa”

Your house

“Sua casa”

podem ser suficientes numa dada situação. A simples resposta

The house

“A casa”

não é. O a sozinho não é suficiente. Devemos adicionar um adjunto que ajude a identificar - por exemplo:

The house you sold yesterday

“A casa que você vendeu ontem”

The house in which we lived last year.

“A casa em que vivemos no ano passado.”

Contudo, em certos contextos, o artigo definido sozinho parece identificar. Considere a seguinte sequência:

I see a man. The man wore a hat.

“Eu vi um homem. O homem usava um chapéu.”

Obviamente, *o homem que eu vi* usava um chapéu. O artigo definido *o*, aqui, indica um apagado mas recuperável adjunto restritivo baseado numa ocorrência anterior do mesmo nome num contexto identificador. Esta possibilidade, seguindo nossas conclusões anteriores referentes ao artigo definido, sugere uma hipótese de fundamental importância: o artigo definido antecedendo um nome é sempre e infalivelmente o signo de um adjunto restritivo, presente ou recuperável, ligado ao nome. A prova desta hipótese irá requerer uma discussão até certo grau técnica sobre adjuntos restritivos. Mas o artigo definido *o/a*, segundo Russell, é ‘uma palavra de grande importância’, que merece investigação mesmo que estejamos na prisão ou paráliticos da cintura para baixo.¹⁶

8 Minha primeira tarefa, portanto, é a de dar um equivalente preciso para a noção intuitiva de um adjunto restritivo. Sustento a tese de que todos os adjuntos dessa espécie podem ser reduzidos àquilo que os gramáticos chamam de oração relativa restritiva. No que concerne a muitos dos exemplos usados até aqui a

¹⁶ Russell, ‘Descriptions’, p. 167.

reconstrução da oração relativa constitui, de fato, uma questão simples. Tudo o que temos de saber é que os pronomes relativos - *qual (is)*, *que* e assim por diante - podem ser omitidos entre duas frases nominais¹⁷, e que o pronome relativo mais a cópula podem ser omitidos entre uma frase nominal e uma sequência formada de uma preposição e um substantivo. Estamos, portanto, aptos a completar as orações relativas plenas nos nossos exemplos:

I see the water (which is) in the glass

“Eu vejo a água (que está) no copo”

The love (which) she felt for him was great

** O amor (que) ela sentia por ele era grande”

The man (whom) I saw wore a hat

**O homem (que) eu vi usava um chapéu”

The house (which) you sold yesterday has burned down

**A casa (que) você vendeu ontem queimou”

e assim por diante. Se as condições expostas acima não forem atendidas, nem o *pronome relativo (que)* ou *pronome relativo + cópula* podem ser omitidos.

The man *who* came in is my brother.

“O homem *que* chegou é meu irmão.”

¹⁷ * N.T. - Em português, diferentemente do inglês, o pronome relativo, neste caso, não pode ser omitido. Sua omissão vai acarretar a agramaticalidade da sentença. Observe:

a) * O amor () ela sentiu por ele era grande.

b) * O homem () eu vi usava um chapéu.

c) * A casa () você vendeu ontem caiu.

Isto acontece porque é o pronome relativo que vai justamente relacionar as duas frases nominais, explicando, restringindo ou precisando o antecedente a que este pronome se refere. A omissão do pronome relativo vai prejudicar a compreensão da sentença, desde que ele acrescenta ao antecedente à que ele se refere uma propriedade essencial e necessária que será fundamental para a compreensão do sentido desta sentença.

The house *which is* burning is yours.

“A casa *que está* queimando é sua.” ¹⁸

A redução de adjetivos pré-nominais a orações relativas é uma questão menos simples. Contudo, na maioria dos casos, a seguinte transformação é suficiente para realizá-la:

(7) NA - N que é.... A ¹⁹

como em

bald man - man who is bald

“homem careca - homem que é careca”

dirty water - water that is dirty

“água suja - água que é (ou está) suja”

e assim por diante. Mais adiante poderemos demonstrar a acuidade de (7)²⁰. A fim de chegar a uma noção precisa de oração relativa restritiva, devo dizer algumas palavras acerca de outra classe de orações relativas, denominadas orações relativas apositivas. Alguns exemplos:

(8) You, who are rich, can afford two cars.

¹⁸ * N.T. -Em português, no entanto, o pronome relativo neste caso pode ser omitido sem prejudicar a compreensão e a gramaticalidade da sentença:

a) A casa ()queimando é sua.

b) O menino () correndo é meu filho.

¹⁹ *que* significa o pronome relativo apropriado.

²⁰ * N.T. - Segundo BORGES NETO (1991), Vendler classifica os adjetivos em nove classes. Os adjetivos que proviriam da transformação NA - N *que é* A, exemplificada em (7), seriam os adjetivos do tipo 1.

“Você, que é rico, pode se dar o luxo de ter dois carros”

(9) *Mary, whom you met, is my sister.*

‘*Mary, que você conheceu, é minha irmã*’

(10) *Vipers, which are poisonous, should be avoided.*

“*Víboras, que são venenosas, devem ser evitadas.*”

Nossa intuição nos diz que as orações acima não produzem efeito restritivo algum sobre o substantivo ao qual estão atreladas. Como se recorda, *você* e *Mary* não podem ser objeto de maiores restrições e a classe de víboras tampouco está submetida a restrições, visto que todas as víboras são venenosas. Na verdade, os exemplos (8)-(10) dividem-se facilmente nas seguintes combinações:

(11) *You are rich. You can afford two cars.*

“*Você é rico. Você pode se dar o luxo de ter dois carros.*”

(12) *You met Mary. Mary is my sister.*

“*Você encontrou Mary. Mary é minha irmã.*”

(13) *Vipers are poisonous. Vipers should be avoided.*

“*Víboras são venenosas. Víboras devem ser evitadas.*”

Desta forma, vemos que a oração apositiva nada mais é que um mecanismo para juntar duas sentenças que compartilham a mesma frase nominal. Substitui-se uma ocorrência da frase nominal compartilhada pelo *que* adequado e a frase resultante acaba por inserir-se em outra sentença que segue a ocorrência da frase nominal compartilhada. É importante perceber que o movimento não altera a estrutura da frase nominal comum em nenhuma das sentenças constitutivas: o *que* substitui aquela frase nominal ‘como está’ na sentença anexa, e a oração torna-se vinculada àquela

frase nominal 'como está' na sentença anexa.²¹ Não é de surpreender, portanto, que todo o movimento deixe intacto o valor de verdade das sentenças constitutivas: (8)-(10) são verdadeiras, se e somente se as combinações em (11)-(13) forem verdadeiras.

O mesmo não ocorre com as orações restritivas. Compare (10) com

(14) Snakes which are poisonous should be avoided.

“Cobras que são venenosas devem ser evitadas. “

Se tentarmos dividir (14) entre duas partes constitutivas teremos

(15) “Snakes are poisonous. Snakes should be avoided.

“Cobras são venenosas. Cobras devem ser evitadas. “

Claramente, a combinação em (15) é falsa, mas (14) é verdadeira. E a razão disso é igualmente óbvia. A oração *que são venenosas* é uma parte integrante do sujeito de (14); o predicado *devem ser evitadas* não se refere exclusivamente a *cobras*, mas a *cobras que são venenosas*, isto é, a *cobras venenosas*, devido a (7). É evidente, portanto, que embora a inserção de uma oração apositiva meramente junte duas sentenças completas, a inserção de uma oração restritiva altera a estrutura mesma da sentença anexa, ao completar uma de suas frases nominais. Consequentemente, a mera conjunção das sentenças constitutivas certamente não corresponderá ao teor informativo expresso na sentença que contém a oração restritiva.

Existem poucos indícios morfológicos mais ou menos confiáveis que

²¹ A frase nominal compartilhada não necessita ter uma forma idêntica a da sentença de origem. De *Eu comprei uma casa, que tem dois pavimentos* nós podemos recuperar *Eu comprei uma casa. A casa (que eu comprei) tem dois pavimentos*. Estas duas sentenças são contínuas a respeito do nome casa. Esta noção de contituidade será explicada posteriormente.

podem nos ajudar a distinguir estes dois tipos de orações. O primeiro indício é que as orações apositivas, mas não as restritivas, são usualmente separadas da sentença antecedente por uma pausa ou uma vírgula. O segundo é que *qual (ais)* ou *quem* podem ser substituídos por *que* nas orações restritivas, mas dificilmente nas apositivas:

Snakes that are poisonous should be avoided

“Cobras que são venenosas deveriam ser evitadas”

contra

Vipers, which are poisonous, should be avoided.

“Víboras, as quais são venenosas, deveriam ser evitadas.”

Finalmente, a omissão de *o(s) qual(ais)* ou *qual(ais) é(são)* mencionado acima somente funciona em orações restritivas.²²

The man you met is here.

**“O homem você encontrou está aqui.”

contra

* Mary, you met, is here.

**“Maria, você encontrou, está aqui.”

9 Eu sustento que a inserção de uma oração relativa depois de um nome

²² * N.T. - Este exemplo não é produtivo no português, conforme observado anteriormente na nota *17.

é uma condição necessária para que este seja antecedido pelo artigo definido. Por conseguinte, antes da formação da oração, o artigo definido não pertence nem à sentença que está se inserindo, nem àquela que a recebe. Considere a sentença

(16) I know the man who killed Kennedy.

“Eu conheço o homem que matou Kennedy.”

Se tomarmos *o homem* como sendo a frase nominal compartilhada, obtemos os seguintes ingredientes

I know the man. The man killed Kennedy.

“Eu conheço o homem. O homem matou Kennedy.”

Aqui *o homem* sugere outro mecanismo de identificação, diferente do utilizado em (16), que é o *que matou Kennedy*. No caso dos nomes próprios este mesmo tipo de análise pode levar a um resultado gramaticalmente incorreto. Considere, por exemplo,

The Providence you know is no more.

“A Providence que você conhece não existe mais.”

Tomando *a Providence* como a frase nominal compartilhada, nós obtemos a inaceitável

*You know the Providence. *The Providence is no more.

**“Você conhece a Providence.” A Providence não existe mais.”

Então devemos concluir que as sentenças constitutivas não contêm o artigo definido; o artigo aparece na construção da sentença depois da fusão de suas partes componentes. Portanto, (16) pode ser decomposta nas duas sentenças seguintes:

I know a man. A man killed Kennedy.

“Eu conheço um homem. Um homem matou Kennedy.”

A frase nominal compartilhada é *um homem*. Substituindo esta segunda ocorrência por *que* nós obtemos a oração *que matou Kennedy*. Esta oração é inserida antes da primeira sentença produzindo o seguinte

I know a man who killed Kennedy.

“Eu conheço um homem que matou Kennedy.”

Como o verbo *matar* sugere um agente único, o artigo definido substitui o artigo indefinido, e nós obtemos (16). Se o verbo relevante não possui conotação de unicidade, esta substituição não ocorre; por exemplo,

I know a man who fought in Korea.

“Eu conheço um homem que lutou na Coréia.”

Naturalmente, podemos dizer no plural,

(17) I know the men who fought in Korea.

“Eu conheço os homens que lutaram na Coréia.”

Neste caso eu simplesmente quero dizer que, de alguma maneira ou outra, eu conheço todos aqueles homens. Se eu simplesmente disser

I know men who fought in Korea.

“Eu conheço homens que lutaram na Coréia.”

não há o mesmo sentido de completude; é suficiente se eu conheço apenas alguns destes homens.

Este fato deixa transparecer que, nesse caso, o artigo definido marca a intenção do falante em esgotar o escopo determinado pela oração restritiva. Se o escopo já é restrito a um indivíduo, não resta alternativa ao falante: o artigo definido se torna obrigatório; uma sentença como

God spoke to a man who begot Isaac.

“Deus falou a um homem que gerou Isaac”

é estranha por esta razão. Neste caso, a semântica do verbo *gerar* já decide o caso. Em outros casos a opção permanece:

I see a tree in our garden.

“Eu vejo uma árvore no nosso jardim”

é tão perfeita quanto

I see the tree in our garden.

“Eu vejo a árvore no nosso jardim.”

Esta última sentença, entretanto, pode estar sendo mal empregada se, de fato, há mais de uma árvore em nosso jardim: isto acontece porque ao utilizar o artigo definido o falante está assegurando unicidade que, neste caso, a oração não pode garantir.

A maneira de se produzir um termo singular a partir de um nome comum é a seguinte: acrescente a oração restritiva ao nome no singular antecedido pelo artigo definido. Pode acontecer que a oração não seja restritiva o suficiente; sobre o seu domínio, numa dada situação de fala, pode estar incluído mais que um indivíduo. Este problema é parecido com o que surge ao dizermos

Joe is hungry

“Joe está faminto”

quando há mais de um indivíduo chamado Joe presente no contexto da fala. Em ambos os casos existem várias possibilidades: pode ser que esteja faltando alguma informação ao falante, ele pode não estar simplesmente sendo cuidadoso, pode intencionalmente querer enganar, ou algo assim. Entretanto, *Joe* ou *a árvore em nosso jardim* continuam sendo termos singulares. O fato de um instrumento estar sendo utilizado incorretamente não altera a função deste instrumento. Mais tarde eu deverei retornar a infortúnios deste tipo.

10 Mas esta é apenas a metade da história. Eu mencionei anteriormente que em muitos casos a adição de um artigo definido sozinho parece ser suficiente para criar um termo singular a partir de um nome comum:

(18) I see a man. The man wears a hat.

“Eu vejo um homem. O homem usa um chapéu.”

Acrescentamos que, obviamente, o homem que eu vi usa um chapéu. O que acontece é que a oração *que eu vi* foi apagada depois de *o homem*, devido a redundância existente na sequência completa

I see a man. The man I see wears a hat.

“Eu vejo um homem. O homem que eu vejo usa um chapéu.”

O artigo definido *O* em (18), nada mais é então do que um lembrete de uma oração restritiva que foi apagada mas que é recuperável. Ele é, por assim dizer, um artifício de ligação, que torna o discurso contínuo referente a um dado nome. De fato, se o artigo definido *O* é omitido, as duas sentenças se tornam descontínuas:

I see a man. A man wears a hat.

“Eu vejo um homem. Um homem usa um chapéu.”

Daqui podemos tirar uma conclusão importante: a presença do artigo definido antecedendo um nome não efetivamente seguido de uma oração restritiva é o sinal de uma oração apagada a ser formada a partir de uma sentença anterior existente no mesmo discurso contendo o mesmo nome. Esta regra explica a continuidade num discurso como

I have a dog and a cat. The dog has a ball to play with. Often the cat plays with the ball too.

“Eu tenho um cachorro e um gato. O cachorro tem uma bola para brincar. Frequentemente, o gato brinca com a bola também.”

e a discontinuidade percebida num texto como

I have a dog and a cat. A dog has the ball.

“Eu tenho um cachorro e um gato. Um cachorro tem a bola.”

Se nossas conclusões estão corretas, então um nome no singular já antecedido de um artigo definido não pode ser seguido de outra oração restritiva, uma vez que tal frase nominal é um termo singular tanto quanto um nome próprio ou um pronome no singular. Compare estas duas sequências:

(19) I see a man. The man wears a hat.

“Eu vejo um homem. O homem usa um chapéu.”

(20) I see a man. The man you know wears a hat.

“Eu vejo um homem. O homem que você conhece usa um chapéu.”

(19) tem continuidade. O artigo definido *O* é o sinal de uma oração apagada (*que- o qual*). Em (20) a possibilidade da existência desta oração é impedida pela presença efetiva da oração (*que-qual*) *você conhece*. O *O* em (20) pertence a esta oração e quaisquer orações restritivas posteriores serão excluídas. Consequentemente não há razão para se pensar que o homem que você conhece é o mesmo que o homem que eu vejo. Isto não acontece com orações apositivas. A sequência

I see a man. The man, whom you know, wears a hat

“Eu vejo um homem. O homem, que você conhece, usa um chapéu”

é perfeitamente contínua. *O homem*, na segunda sentença, possui a oração restritiva apagada (*que-o qual*) *eu vejo*, mais a oração apositiva *que - o qual você conhece*. Agora considere o seguinte par:

(21) I see a rose. The rose is lovely.

“Eu vejo uma rosa. A rosa é adorável.”

(22) I see a rose. The red rose is lovely.

“Eu vejo uma rosa. A rosa vermelha é adorável.”

(21) é contínua, (22) não é. Este fato pode ser explicado ao pressupormos (7), isto é, ao derivarmos um adjetivo prenominal de uma oração restritiva, a qual impedirá, assim, a aquisição de orações restritivas adicionais. A suposição expressa em (7), como podemos lembrar, também explica as dificuldades encontradas na tentativa de adicionar adjetivos prenominais a nomes próprios e pronomes pessoais.

11 A história, infelizmente, ainda está incompleta. Pense na ambiguidade de uma sentença como

(23) The man she loves must be generous.

“O homem que ela ama deve ser generoso.”

Isto tanto significa que existe um homem que ela ama e que deve ser generoso ou que qualquer homem que ela ame deva ser generoso. Exemplos deste tipo podem ser multiplicados. Em alguns destes casos a interpretação genérica é a mais óbvia.

Por exemplo,

Happy is the man whose heart is pure.

“Feliz é o homem cujo coração é puro.”

Seria estranho continuar:

I met him yesterday.

“Eu o encontrei ontem.”

A sequência natural antes seria:

I met one yesterday.²³

“Eu encontrei um ontem.”

Em outros casos, a interpretação individual prevalece:

The man she loved committed suicide.

“O homem que ela amava cometeu suicídio.”

Contudo, com um pouco de imaginação, até mesmo esta sentença pode ser interpretada no sentido genérico. Então, como nós decidimos qual interpretação é

²³ É interessante perceber que o pronome pessoal, como *ele*, também pode ocorrer num sentido genérico como, por exemplo, *He who asks shall be given*.

*** N.T. - Em português, no entanto, nas construções de sentido genérico como a citada por Vendler na nota acima, os pronomes *aquele(a)*, *quem* e *que* (quando antecidos de artigo definido), são geralmente utilizados (e não *ele*):

- a) Aquele que pede será atendido.
- b) Quem pedir será atendido.
- c) O que pede será atendido.

correta numa dada situação? Para chegar a uma resposta, imagine três discursos começando da seguinte maneira:

(24) Mary is a demanding girl. The man she loves must be generous.

“Mary é uma garota exigente. O homem que ela amar deve ser generoso.”

(25) Mary loves a man. The man she loves must be generous.

“Mary ama um homem. O homem que ela ama deve ser generoso.”

(26) Mary loves a man. The man must be generous.

“Mary ama um homem. O homem deve ser generoso.”

Em (26) não há ambiguidade: *o homem* é um termo singular; em (25) *o homem* é provavelmente um termo singular; em (24) *o homem* provavelmente é um termo geral. Por que isto se dá desta maneira? Em (26) a oração apagada deve ser derivada de uma sentença prévia uma vez que, como podemos lembrar, o objetivo do apagamento é livrar-se da redundância. Em (25) a oração é provavelmente derivada de uma sentença prévia. Se for assim, então *o homem* é um termo singular. Mas ainda é possível, contudo, imaginar uma quebra no discurso entre as duas sentenças: depois de afirmar um fato específico sobre ela, o falante começa a falar sobre Mary em termos gerais. Em (24) o contrário acontece: a oração não pode ser derivada de uma sentença prévia, pois não há tal sentença contendo o nome *homem*. Consequentemente, *o homem* será genérico, ao menos que uma afirmação sobre o fato de que Mary, de fato, ama um homem, esteja pressuposta. Então a moral destes exemplos surge: uma sequência do tipo *artigo definido + N* é um termo singular se sua ocorrência estiver precedida, no mesmo discurso, por uma sentença de um certo tipo efetivamente existente ou pressuposta em que *N* ocorra (a qualificação de ‘de um certo tipo’ será explicada logo mais). Consequentemente,

considerar uma ocorrência de uma sequência do tipo *artigo definido + N* como um termo singular significa pressupor a existência de tal sentença.

1 2 Uma vez que *o(a)* sempre indica uma criação restritiva e pelo fato de que a única razão mencionada até agora para se apagar tal oração é a redundância, quer dizer, a presença de uma sentença da qual a oração é gerada, devemos concluir que nenhuma sequência do tipo *artigo definido + N* desprovida de uma oração pode ocorrer se tal sentença não puder ser encontrada em uma parte anterior do discurso. Todavia este não é o caso. Algumas sequências do tipo *artigo definido + N* podem, sim, ocorrer no próprio início de um discurso. Estes contra-exemplos se enquadram em três categorias.

A primeira classe inclui enunciados do seguinte tipo:

The castle is burning.

“O castelo está queimando.”

The president is ill.

“O presidente está doente.”

Nestes casos as orações (*em nossa cidade, de nosso país*) são omitidas simplesmente porque elas são supérfluas na situação dada. Na verdade, tais sequências do tipo *artigo definido + N* se aproximam da condição dos nomes próprios: elas tendem a identificar-se por si próprias. Portanto, não surpreende que elas sejam usualmente grafadas com letra maiúscula: *o Presidente, o Castelo*. Para um grupo pequeno de falantes até mesmo nomes comuns podem adquirir esta condição:

Did you feed the dog?

“Você alimentou o cachorro?”

A segunda categoria corresponde a um recurso literário. Podemos começar um romance da seguinte maneira:

‘The boy left the house.

“O menino deixou a casa.”

Tal começo sugere familiaridade: o leitor é convidado a participar da cena: ele está ‘lá’, ele vê o menino, ele conhece a casa.

13 O terceiro tipo é totalmente diferente. Ele envolve um genérico *o(a)* sem a ocorrência de uma oração. Exemplos não faltam:

(27) The mouse is a rodent

“O rato é um roedor”

(28) The tiger lives in the jungle

“O tigre vive na selva”

(29) The Incas did not use the wheel

“Os incas não usavam a roda”

e assim por diante. É óbvio que nenhuma oração que restrinja *rato*, *tigre* ou *roda* deve ser ressuscitada aqui: as classes desses substantivos permanecem irrestritas. Devemos então, abandonar nossa afirmação de que o artigo definido sempre pressupõe uma oração restritiva? Não precisamos e não devemos fazê-lo. Para

percebermos isso, consideremos o ditado:

None but the brave deserves the fair.

“Ninguém exceto o corajoso merece a bela.”

A paráfrase óbvia é

None but the [man who is] brave deserves the [woman who is] fair.

Ninguém exceto o [homem que é] corajoso merece a [mulher que é] bela.

Isto sugere o seguinte padrão de apagamento:

$o(a) N \text{ que... } \text{é } A \Rightarrow o(a) A$

Então, torna-se fácil perceber que sentenças como

This book is written for the mathematician

“Este livro é escrito para o matemático “

Only the expert can give an answer

“Somente o perito pode dar uma resposta”

contêm produtos de padrão semelhante, a saber:

(30) $o N_i \text{ que...é um } N_j = o N_j$

Assim, o *matemático* e o *perito* derivam de o [indivíduo que é um] *matemático* e o

[*indivíduo que é um*] *perito* . Da mesma maneira, para os exemplos (27)-(29) as fontes são:

the [animal that is a] mouse (tiger)

“o [animal que é um] rato (tigre)”

the [instrument that is a] wheel.

“a [ferramenta que é uma] roda.”

Vimos acima que a oração redundante pode ser omitida. No exemplo (30) o nome redundante N_i , é omitido e “o/a”, é transferido para N_j . N_i é redundante porque nada mais é que a classe à qual pertence N_j e, como tal, recuperável. Isto sugere que nomes que sejam eles próprios muito genéricos para se enquadrar numa classe superior não estão sujeitos ao exemplo (30). Isto ocorre realmente dessa maneira.

Embora os seguintes exemplos

Tigers live in the jungle

“Tigres vivem na selva”

The Incas did not use wheels

“Os incas não usavam rodas.”

tenham de fato os exemplos (28) e (29) como paráfrases, sentenças tais como

Objects are in space

“Objetos estão no espaço”

Monkeys do not use instruments

“Macacos não usam instrumentos”

não poderiam ser parafraseadas em

The object is in space.

“O objeto está no espaço.”

Monkeys do not use the instrument.²⁴

“Macacos não usam o instrumento.”

Nessas sentenças, as frases de tipo *artigo definido + N* têm de ser termos singulares.

Consequentemente, estamos procurando por sentenças a partir das quais deve-se derivar as orações identificadoras pertencentes ao *objeto* e a *instrumento*. Sobre que objeto (instrumento) estamos falando?

Este último ponto pode servir como uma prova indireta do exemplo (30). O exemplo seguinte nos traz uma prova mais direta disso:

There are two kinds of large cat living in Paraguay, the jaguar and the puma.

“Há dois tipos de felino grande vivendo no Paraguai, o jaguar e o puma.”

Obviamente, *o jaguar* e *o puma* derivam de

²⁴ A existência ou não de classes superiores pode ser uma função do discurso. Em textos filosóficos, por exemplo, pode-se encontrar uma sentença genérica como *A idéia é mais perfeita que o objeto*, a qual pressupõe a existência de uma classe comum para idéias e objetos.

the [(kind of) large cat that is a] jaguar and the [(kind of) large cat that is a] puma.

“o [(tipo de) felino grande que é um] jaguar e o [(tipo de) felino grande que é um] puma.”

Nesse caso, à diferença de alguns exemplos anteriores, nem *um jaguar e um puma*, nem *jaguares e pumas* poderão substituir os genéricos *o jaguar e o puma*. Portanto, o “o/a” genérico não é um mero variante de outras formas genéricas. Ele tem uma origem própria. Mais um exemplo:

Euclid described the parabola.

“Euclides descreveu a parábola.”

A *parábola* aqui seria parafraseada inadequadamente por *uma parábola*, *parábolas*, ou *todas as parábolas*. A solução mencionada acima funciona novamente:

Euclid described the [(kind of) curve that is a] parabola.

“Euclides descreveu a [(espécie de) curva que é uma] parábola.”

Embora possamos dizer, incidentalmente, que

Euclid described curves

“Euclides descreveu curvas”

não podemos expressar isto ao dizermos

Euclid described the curve.

“Euclides descreveu a curva.”

Curva é demasiado genérico.²⁵

14 A possibilidade de transferir “o” de um nome anterior, exemplificada em (30) , indica uma solução para frases nominais que contêm um nome próprio com um artigo definido. *O Hudson, o primeiro Mozart, a Providence que você conhece* derivam mais provavelmente de

the [river called] Hudson

“o [rio chamado] Hudson”

the early [period/works of] Mozart

“o(s) primeiro(s) [período/trabalhos de] Mozart”

the [aspect/appearance of] Providence you know.

“a [aparência da] Providence que você conhece.”

²⁵ Como homem é um animal excepcional, *homem* é um nome excepcional. Este nome possui um sentido genérico no singular sem artigo algum: *Man, but not the ape, uses instruments.*

** N.T. - Em português, no entanto, este sentido genérico do nome *homem*, é geralmente obtido de duas maneiras: se estiver no singular antecedido de artigo definido, ou no plural. Observe:

a) Ohomem, mas não o macaco, usa instrumentos.

b) Homens, mas não macacos, usam instrumentos.

c) Os homens, mas não os macacos, usam instrumentos.

De fato, pode-se demonstrar que a oração *que você conhece* , por exemplo, não pertence diretamente a *Providence*, visto que, se assim fosse, a seguinte sequência seria aceitável:

You know Providence. *The Providence is no more

“Você conhece Providence. *A Providence não é mais a mesma”

fazendo uma analogia com, por exemplo

You had a house. The house is no more.

“Você tinha uma casa. A casa não mais existe.”

Neste caso, a primeira sentença permite a dedução da oração *que você tinha* , a qual justifica o “a” antes de *casa* na segunda sentença. No exemplo anterior, porém, a primeira sentença se recusa a produzir a oração *que você conhece* precisamente porque *Providence* é um nome próprio. Portanto, na segunda sentença, *Providence* não dispõe de nenhuma oração para justificar o “a” . Consequentemente, a *Providence que você conhece* não deriva diretamente de

You know Providence.

“Você conhece Providence.”

15 Devido a natureza indutiva de nossas investigações até agora, nossas conclusões referentes a formação dos termos singulares a partir de nomes comuns teve que ser apresentada de uma maneira provisória deixando espaço, por assim dizer, para uma grande variedade de fatos ainda a serem explicados. Agora, retrospectivamente, já podemos traçar uma quadro mais coerente, pelo menos no que se refere a seus contornos principais, porque muitos dos detalhes desta tarefa bastante complicada devem ser deixados para estudos posteriores. As regras básicas parecem ser as seguintes:

(a) O artigo definido é produto de uma oração restritiva ligada ao nome.

(b) Este artigo indica que o escopo do nome restringido por uma oração restritiva é para ser considerado exaustivamente, se estendendo a todos e quaisquer objetos que caiam sob seu domínio.

(c) Se a restrição é a um indivíduo, o artigo definido é obrigatório e indica a existência de um termo singular. Caso contrário, o termo é geral e o artigo definido se torna opcional.

(d) A oração é restritiva a um indivíduo se e somente se ela for derivada de uma sentença que de fato ocorra em uma parte anterior do mesmo discurso ou que seja pressuposta pelo mesmo discurso em que a sentença *N* tenha uma ocorrência identificadora. Esta última noção ainda está para ser explicada.

(e) Orações redundantes podem ser omitidas.

(f) Uma oração é redundante se ela é derivada de uma sentença que já ocorreu em uma parte anterior do discurso ou se o conteúdo informacional de uma sentença em que *N* tenha uma ocorrência identificadora for geralmente conhecido pelos

participantes do discurso.

(g) Nomes de classe redundantes podem ser omitidos de acordo com (30).

16 Estas regras nos dão o seguinte procedimento de identificação a respeito de qualquer sequência do tipo *artigo definido + N*, onde *N* é um nome comum.

(i) Se esta sequência é seguida de uma oração, procure pela sentença de origem desta oração.

(ii) Se ela é encontrada, e ela identifica *N*, esta sequência é um termo singular. Se ela não chega a identificar *N*, a sequência é um termo geral.

(iii) Se nenhuma sentença matriz pode ser encontrada, pergunte se as circunstâncias do discurso garantem a suposição de uma sentença identificadora correspondente à oração.

(iv) Se a resposta é afirmativa, temos um termo singular, caso contrário, um termo geral.

(v) Se a sequência não é seguida de uma oração, procure pela sentença anterior na qual *N* ocorre sem o artigo definido.

(vi) Se há esta ocorrência, a oração apagada depois da sequência deverá ser recuperável a partir daquela sentença.

(vii) Se aquela ocorrência é identificadora, temos um termo singular, caso contrário, um termo geral.

(viii) Se não há esta ocorrência, pergunte se as circunstâncias do discurso garantem a suposição de uma sentença que poderia identificar *N* aos participantes do discurso.

(ix) Se a resposta é afirmativa, temos um termo singular e a oração deve ser recuperável a partir daquela sentença.

(x) Se a resposta é negativa, a sequência *artigo definido + N* é um termo geral cuja

classe está ausente, podendo, no entanto, ser recuperável conforme (30).

A fim de obtermos um exemplo ilustrando as várias possibilidades da existência de um termo singular do tipo *artigo definido + N*, considere o seguinte. Meu amigo retorna da caça e começa a dizer:

Imagine, I shot a bear and an elk. The bear I shot nearly got away, but the elk dropped dead on the spot. Incidentally, the gun worked beautifully, but the map you gave me was all wrong.

“Imagine, eu atirei em um urso e em um alce. O urso em que eu atirei quase fugiu mas o alce caiu morto imediatamente. Aliás, a arma funcionou lindamente, mas o mapa que você me deu estava todo errado.”

O urso em que eu atirei é um termo singular de acordo com (ii). *O alce* é um termo singular de acordo com (vii) considerada a oração *em que eu atirei* de acordo com (vi). *A arma* é um termo singular de acordo com (ix) considerada a ocorrência de uma oração do tipo *que eu tinha comigo*; *o mapa que você me deu* é um termo singular de acordo com (iv).

O apelo às condições do discurso encontradas em (iii) e (viii) reconhecidamente cobre quase que todas as variáveis inesgotáveis de considerações relevantes. Algumas destas são linguísticas, outras pragmáticas. Verbos conjugados sugerem termos singulares, contextos modais sugerem termos gerais. Mas pense no homem que Mary ama, que deve ser generoso, e no dinossauro que perambulou sobre as planícies jurássicas. Na prática, pode ser impossível chegar a um veredicto em muitas situações. Você pode ter apenas um gato, embora a observação de sua esposa

The cat is a clever beast

“O gato é um animal inteligente”

possa continuar ambígua. O que é mais importante para nós é a pressuposição universal de todos os termos singulares do tipo *artigo indefinido + N* ; a efetiva ou subentendida existência de uma sentença identificadora. Esta noção ainda está para ser explicada.

17 Uma vez mais eu deverei prosseguir de uma maneira indutiva. Em primeiro lugar, deverei enumerar os principais tipos de sentenças identificadoras e então tentar encontrar algumas características comuns entre elas.

Antes de mais nada, uma sentença identifica *N* se ela conecta *N* com uma frase nominal definida de uma maneira não-copulativa e não-modal. A classe das frases nominais definidas inclui todos os termos singulares e seus plurais equivalentes, como *nós, vocês, eles, estes meninos, minhas irmãs, os cachorros* e assim por diante. Consequentemente, as seguintes sentenças são identificadoras:

(31) I see a house. The house...

“Eu vejo uma casa. A casa...”

(32) They dug a hole. The hole...

“Eles cavaram um buraco. O buraco...”

(33) The dogs found a bone. The bone...

“Os cachorros encontraram um osso. O osso...”

A ordem das frases nominais não importa:

(34) A snake bit me. The snake...

“Uma cobra me mordeu. A cobra...”

Adjuntos preposicionais também conectam de ambas as maneiras:

(35) They dug a hole with a stick. The stick...

“Eles cavaram um buraco com uma vara. A vara...”

(36) A boy had dinner with me. The boy...

“Um menino jantou comigo. O menino...”

e assim por diante.

Daí conclui-se que nomes definidos do tipo *artigo definido + N* podem formar uma cadeia de identificação. Por exemplo:

I see a man. The man wears a hat. The hat has a feather on it. The feather is green.

“Eu vejo um homem. O homem usa um chapéu. O chapéu tem uma pena. A pena é verde.”

Mas, naturalmente, todas as cadeias devem começar em algum lugar. Isto significa que no início da maioria dos discursos que contêm nomes definidos, deve existir um nome definido ‘básico’: um pronome pessoal, um nome próprio ou uma frase nominal começando com um pronome demonstrativo ou possessivo. De acordo com estas condições, por assim dizer, o discurso todo está apoiado no mundo das referências singulares.

Verbos copulativos como *ser*, e *se tornar*, não conectam. As sequências

seguintes permanecem descontínuas:

(37) He is a teacher. The teacher is lazy.

“Ele é um professor. O professor é preguiçoso.”

(38) Joe became a salesman. The salesman is well paid.

“Joe se tornou um vendedor. O vendedor é mal pago.”

Nós sabemos, é claro, que estes dois verbos são peculiares em outros sentidos também. O objeto destes verbos não aceitam o acusativo e as sentenças formadas com eles rejeitam a transformação passiva. O que é mais relevante para nós, contudo, é o fato que estes mesmos verbos resistem à formação de orações relativas:

* the teacher who he is

“o professor que ele é”²⁶

* the salesman he became

“o vendedor que ele se tornou”

Esta característica, naturalmente, nos dá uma confirmação inesperada para a nossa teoria sobre o artigo definido: (37) e (38) são descontínuos porque as sentenças iniciais não podem prover a oração para a subsequente frase do tipo *artigo definido* + *N*.

Verbos acompanhados de auxiliares modais podem ou não conectar:

²⁶ * N.T. - No entanto, em português, estas sentenças, dentro de certos contextos, apesar de serem raras, não nos soam agramaticais. Observe:

- (a) Todo o seu esforço e dedicação justificam o professor que ele é
- (b) Todos admiram o vendedor que ele se tornou
- (c) Este é o homem que ele é.
- (d) Observe o vendedor que ele se tornou.

(39) Joe can lift a bear

“Joe pode levantar um urso”

(40) He could have married a rich girl

“Ele poderia ter se casado com uma moça rica”

(41) You must buy a house

“Você deve comprar uma casa”

(42) I should have seen a play

“Eu deveria ter visto uma peça teatral”

permanecem ambíguas entre a generalidade e a individualidade a respeito da segunda frase nominal.

Em alguns casos nomes são identificados pela simples presença de um verbo no tempo passado:

A man caught a shark in a lake. The shark was a fully developed specimen.

“Um homem pegou um tubarão em um lago. O tubarão era um espécime completamente desenvolvido.”

18 Finalmente, existe a maneira menos característica de se introduzir um termo singular:

Once upon a time there was a king who had seven daughters. The king...

“Era uma vez um rei que tinha sete filhas. O rei...”

Este modelo de ‘extração existencial’ possui grande importância para nós. Parece que ele pode ser utilizado como um critério de ocorrência identificadora: uma

sentença é identificável com respeito a um N se e somente se a transformação

Existe um N que...

é aceitável como paráfrase. Então, as sentenças identificadoras em (31)-(36) incluem:

There is a house I see.

“Existe uma casa que eu vi.”

There is a hole they dug.

“Existe um buraco que eles cavaram.”

There is a bone the dogs found.

“Existe um osso que os cachorros acharam.”

There is a snake that bit me.

“Existe uma cobra que me mordeu.”

There is a stick with which they dug a hole.

“Existe uma vara com a qual eles cavaram um buraco.”

There is a boy who had dinner with me.

“Existe um menino que jantou comigo.”

Sentenças não identificadoras como

A cat is an animal

“Um gato é um animal”

A tiger eats meat

“Um tigre come carne”

ou aquelas como (37)-(38), rejeitam esta forma:

- * There is an animal that is a cat.
- **Existe um animal que é um gato."
- *There is meat a tiger eats.
- **Existe carne que um tigre come."
- *There is a teacher he is.
- **Existe um professor que ele é."
- * There is a salesman Joe became.
- **Existe um vendedor que Joe se tornou."

Para as sentenças modais (39)-(42), é óbvio que a possibilidade de uma extração existencial é o sinal de que elas foram tomadas no sentido identificador:

There is a bear Joe can lift

"Existe um urso que o Joe pode levantar"

There is a rich girl you could have married

"Existe uma moça rica com quem você poderia ter casado"

e assim por diante. Podemos concluir, então, que dado qualquer frase do tipo *artigo definido + N que...*, ela será um termo singular se e somente se a ocorrência da sentença *Existe um N que..* for um requisito do discurso.

19 Esta conclusão irá preencher o coração de todos os filósofos analíticos com a brilho da familiaridade. Por essa razão, pode valer a pena revisar nossas conclusões a partir do ponto de vista das recentes controvérsias sobre este tópico.

Antes de tudo, já descobrimos que a questão de uma dada frase do tipo *artigo definido + N* ser ou não um termo singular não pode ser decidida considerando apenas a sentença na qual ela ocorre. A sugestão de Strawson de que é o uso da sentença, ou da expressão, que é o fator relevante nestes casos é certamente verdadeira mas não chega a nos explicar o que significa usar uma sentença para fazer um enunciado ou usar uma certa frase para se referir a alguma coisa. Nossos resultados indicam uma maneira de sermos mais explícitos e precisos. Pelo menos no que se refere às frases do tipo *artigo definido + N*, o fato delas serem expressões referenciais individualizantes, quer dizer, termos singulares, é condicionado pela ocorrência dessas frases em um discurso de um certo tipo. Tal discurso deve conter uma sentença anterior que identifique *N* e, como podemos lembrar, tal sentença é sempre parafraseável em uma extração existencial, *Existe um N que.....* Por conseguinte, embora a afirmação de Russell, de acordo com a qual as sentenças contendo termos singulares do tipo *artigo definido + N* requerem uma asserção de existência seja muito forte, a afirmação de Strawson de que tal asserção não é pressuposta pela ocorrência referencial de tal frase é muito fraca. É certo que não é a sentença contendo a frase referencial *artigo definido + N* que pressupõe a extração existencial, mas sim outra sentença cuja ocorrência, contudo, é uma condição *sine qua non* para a referencialidade de uma frase do tipo *artigo definido + N*.

Porém, discordaria você, a sentença identificadora pode realmente não ocorrer. Em muitos casos ela é apenas deduzida ou pressuposta. Minha resposta é que isto é filosoficamente irrelevante. A omissão da sentença identificadora é um recurso de economia: não vamos nos preocupar em afirmar o óbvio. O que interessa é a estrutura essencial do discurso. Ao darmos uma prova matemática nós frequentemente omitimos alguns passos que são óbvios para o nosso público, muito

embora estes passos continuem a fazer parte da prova. A omissão da sentença identificadora, assim como a omissão de certos passos em uma dada prova, vai depender do que o falante julga ser óbvio para o público em questão. E isto não possui importância filosófica.

Nossa conclusão está de acordo com o senso comum. Se uma criança me diz

(43) The bear I shot yesterday was huge

“O urso no qual eu atirei ontem era enorme”

Eu irei responder

(44) But you did not shoot any bear.

“Mas você não atirou em nenhum urso.”

(44) não contradiz (43). Ela contradiz, entretanto, a sentença

(45) I shot a bear yesterday

“Eu atirei num urso ontem”

a qual a criança pressupôs, mas sabiamente omitiu, na tentativa de me fazer considerar *o urso...* como uma expressão referencial. (43) é então verdadeira ou falsa? Individualmente, ela não é nem uma coisa nem outra, já que a frase *artigo definido + N* que ela contém somente pode chegar a ser referencial se a sentença identificadora anterior (45) for verdadeira. Como este não é o caso, *o urso* não chega a se referir a coisa alguma apesar de preencher todas as condições de um termo

singular.

É claro que o lógico, que odeia lacunas em asserções verdadeiras tanto quanto a natureza odeia o vácuo, terá suas razões para tentar desmascarar a impotência desses termos singulares, insistindo na inclusão de uma versão da sentença identificadora relevante (*Existe um N que....*) na análise de sentenças que contêm termos singulares do tipo *artigo definido + N*. À vista dos nossos resultados, trata-se de uma atitude muito menos artificial do que têm afirmado muitos autores.

20 O triunfo dos partidários da teoria filosófica das descrições definidas será, contudo, de alguma maneira mitigado quando chamarmos a atenção para o fato de que sentenças do tipo

Existe um *N* que...

não afirmam necessariamente uma existência 'real', deixando de lado a existência espaço-temporal. Considere o seguinte discurso:

I dreamt about a ship. The ship...

"Eu sonhei com um navio. O navio..."

A sentença identificadora facilmente permite a transformação

There is a ship I dreamt about.

"Existe um navio com o qual eu sonhei."

Ela pode ser verdadeira, embora isto não signifique que este tal navio exista de fato.

Se alguém sugerir que este navio possui uma existência onírica ou que a casa que eu apenas imaginei possui uma existência imaginária ou então que o rei com as sete filhas existe apenas em contos de fadas, eu só posso concordar. Eu apenas acrescento que seria desejável podermos descrever os vários tipos de discursos apropriados a estes tipos de 'existência'. Estamos, é claro, particularmente interessados em discursos que pertençam à existência 'real'. Dou-lhes uma pista. Eu observei anteriormente que no início de quase todo discurso contendo termos singulares deve haver um termo singular 'básico' (ou o seu plural equivalente). Agora se encontramos este termo básico denotando uma entidade real, como *Eu*, *Lyndon B. Johnson* ou *Uganda*, então devemos traçar as conexões entre outros termos singulares e estes termos. Contanto que as ligações sejam formadas com verbos que 'preservem a realidade', como *empurrar*, *bater* e *comer*, nós permanecemos na realidade espaço-temporal. Verbos como *sonhar*, *imaginar*, *necessitar*, *querer*, *procurar* e *planejar* deveriam nos prevenir: a ligação pode ser interrompida, embora ela não necessite estar. A realidade pode ser obtida por outro caminho. Se eu somente digo

I dreamt about a house. The house...

"Eu sonhei com uma casa. A casa..."

não temos razão para pensar que a casa com a qual eu sonhei possa ser encontrada no mundo real. Se, contudo, eu relatar

I dreamt about the house in which I was born. The house...

"Eu sonhei com a casa na qual eu nasci. A casa..."

a casa da qual eu falei é uma casa real, mas não devido ao verbo *sonhar* mas sim ao fato de *ter nascido nela*. É este último verbo e não o anterior que preserva a realidade. Naturalmente, se o termo singular 'básico' é algo como *Zeus*, ou *o rei que existiu certa vez*, a situação é clara. O desenvolvimento deste palpite requereria um detalhamento muito fascinante.

Para o momento, devemos estar satisfeitos com a conclusão de que no discurso no qual uma frase referencial do tipo *artigo definido + N* ocorre requer a asserção *Existe um N...* Mas deveríamos acrescentar a *advertência*: existem coisas que realmente não existem.²⁷

Universidade de Calgary.

²⁷ O autor deseja expressar sua dívida para com o trabalho do Dr. Beverly L. Robbins posteriormente publicado em *The Definite Article in English Transformations*. The Hague, Mouton, 1968.

5

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLERTON, D. J. - "The Linguistic and Sociolinguistic Status of Proper Names", *Journal of Pragmatics* 11 (1987) 61-92, Elsevier Science Publishers B. V., North-Holland)
- ALSTON, W. P. - *Filosofia da Linguagem*, Rio de Janeiro, Zahar ed. 1972.
- ARNAULD e LANCELOT, *Gramática de Port-Royal*, São Paulo, Martins Fontes ed., 1992.
- ASCOMBE, A. - "Linguistics Approaches to Philosophical Problems" , em *The Linguistic Turn*, ed. Richard Rorty, The University of Chicago Press, 1968.
- AUSTIN, W. P. - *Ensayos Filosóficos*. Madrid, Revista de Occidente S.A. Ed. 1975.
- AYER, A. J. - *As Idéias de Russell*, São Paulo, Cultrix ed., 1974.
- BORGES NETO, J. - *Adjetivos - Predicados extensionais & Predicados Intensionais*, Campinas, Editora da Unicamp, 1991.
- BORGES NETO, J. - "Algumas Observações sobre os Nomes Próprios", em *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, n. 14 (agosto de 1993).
- BORGES NETO, J. - " Os Possessivos como Indicadores de Referência e Atribuição", São Paulo, Revista DELTA, v. 2, n. 1, pp. 145-149, 1986.
- BLACK, M. - "Russell's Philosophy of Language", em Richard Rorty *The Linguistic Turn*.
- CARNAP, R. - "Empiricism, Semantics and Ontology", em Richard Rorty *The Linguistic*

Turn.

- COSTA, C. F. - *Filosofia Analítica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro Ltda. Ed., 1992.
- COSTA, J. C. - *O Status Lógico-Linguístico da Nomeação (Uma questão problemática de filosofia da linguagem)*, tese de doutorado, Porto Alegre, 1988.
- CHOMSKY, N. - *Aspectos da teoria da Sintaxe*, Armênio Amado Ed. , Coimbra, 1975 (trad. José Antonio Meireles e Eduardo Paiva Raposo).
- CUNHA, C. e CINTRA, L. - *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira, 1985.
- DANIELS, C. - "Reference and Singular Referring Terms", em *Journal of Philosophical Logic*, vol. 1, n. 1, Dordrecht-Holland, D. Reidel Publishing Company, 1972.
- DONNELLAN, K. - "Belief and the Identity of Reference" em French P., Uehling, T and Wettsteins, H. *Midwest Studies in Philosophy v. XIV (Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language II)*.
- DONNELLAN, K - "Reference and Definite Descriptiosn" em Steinberg and Jakobovits (eds.), *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy of Language*.
- DUMMETT, M. - Frege - *Philosophy of Language*, Cambridge, Harvard University Press, 1995.
- EVANS. G. - "The Causal Theory of Names", em *Naming, Necessity and Natural Kinds* (ed. por Stephen P. Schwartz).
- EVANS, G. - *The Varieties of Reference*, Oxford, Oxford University Press, 1992 (ed. por John Macdowell).
- FREGE, G. - *Lógica e Filosofia da Linguagem*, São Paulo, ed. Cultrix, 1978 (trad. e seleção Paulo Alcoforado).
- FREGE, G. - *Os Fundamentos da Aritmética: Uma Investigação Lógico-Matemática sobre o Conceito de Número* (tradução e seleção Luis H. dos Santos), São Paulo ed. Abril,(Os Pensadores), 1983.
- FRENCH, A. P. UEHLING, T., WETTSTEIN, H. (eds.) - *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language II (Midwest studies in philosophy of language vol. XIV)*, Indiana, University of Notre Dame Press, 1989.
- GEACH, P. - *Reference and Generality, An Examination of Some Medieval and Moderns Theories*, Ithaca, Cornell University Press, 1970.
- HACKING, I. - *Why does Language Matter to Philosophy?*, Cambridge, Cambridge University Press, 1975.

- HALLER, R. - *Wittgenstein e a Filosofia Austríaca: Questões*, (trad. Norberto Abreu e Silva Neto) São Paulo, Edusp, 1990.
- HARRIS, Z. S. - "Transformational Theory", *Language* 41 (363-401), 1965.
- ILARI, R. & GERALDI, J. W. - *Semântica*, São Paulo, Ed. Ática, 1987.
- IMBERT, C. - *Filosofia Analítica*, Lisboa, Gradiva, s/d.
- KATZ, J. J. - "Generative Semantics is Interpretative Semantics", *Inquiry*, v. 11, n. 3, 1971.
- KATZ, J. J. - *The Philosophy of Language*, Oxford, Oxford University Press, 1985.
- KEMPSON, R. - *Teoria Semântica*, Rio de Janeiro, Zahar ed. 1980.
- KLEMKE, E. D. - *Essays on Frege*, Urbana, University of Illinois Press, 1968.
- KRIPKE, S. - "Identity and Necessity", em Stephen Schwartz *Naming, Necessity and Natural Kinds*.
- LACOSTE, J. - *A Filosofia no Século XX*, São Paulo, Papirus Ed. 1992 (trad. Marina Appenzeller).
- LEES, R. B. - "Syntactic Structures", *Language* v. 33, n.3, 1957.
- LINSKY, L. - *Le Probleme de la Référence*, Paris, Editions du Seuil, 1974.
- LINSKY, L. - "Reference and Referents", em Steinberg and Jakobovits (eds), *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy of Language*.
- LINSKY, L. - *Semantics and the Philosophy of Language*, Urbana, University of Illinois Press, 1970.
- LYONS, J. - *As idéias de Chomsky*, São Paulo, Cultrix ed., 1988 (trad. Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg).
- LYONS, J. - "Semantic Analysis, by Paul Ziff - Notes and Reviews", *International Journal of American Linguistics*, vol. 29, New York, Kraus Reprint Co, 1963.
- LYONS, J. - *Semantics* (vol. 1), Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- MATEUS, M. - *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, ed. Caminho, 1989.
- MILL, J. S. - *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva* (trad. João Marcos Coelho), São Paulo, Ed. Abril, 1974.
- NEVES, M. H. M. - *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*, São Paulo, Hucitec e Unb ed, 1987.
- PLATÃO - *The Dialogues of Plato*, Chicago, University of Chicago Press, 1952.
- PEARS, D. F. - "Is Existence a Predicate?", em Strawson *The Problems of Philosophy*.
- PUTNAM, H. - *Razão, Verdade e História*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

- QUINE, W. - "Semantic Ascent", em Richard Rorty *The Linguistic Turn*.
- REICHENBACH, H. - *The Rise of Scientific Philosophy*. California, University of California Press, 1951
- RODRÍGUEZ, V. M. - *Introducción a la Filosofía del Lenguaje - Problemas Ontológicos*, Barcelona, Anthropos Editorial del Hombre, 1989.
- RODRÍGUEZ, V. M. - *Introducción a la filosofía del lenguaje II - Cuestiones Semánticas*, Barcelona, Anthropos Editorial del Hombre, 1992.
- RORTY, R. - *The Linguistic Turn*, Chicago, The Chicago University Press, 1968.
- RUSSELL, B. - "Descriptions" em Leonard Linsky *Semantics and the Philosophy of Language*.
- RUSSELL, B. - *Introdução à Filosofia Matemática*, Rio de Janeiro, Zahar ed., 1974, (trad. Giasone Rebuá).
- RUSSELL, B. - *Logic and Knowledge, Essays 1901-1950*, London, R. C. Marsh ed. 1956.
- RUSSELL, B. - *Significado e Verdade*, Rio de Janeiro, Zahar ed., 1978.
- RUSSELL, B. - *The Principles of Mathematics*, London, George Allen & Unwin Ltd., 1964.
- RUSSELL, B. - *The Problems of Philosophy*, New York, Oxford University Press, 1959.
- SANTOS, A. S. - *Guia Prático de Tradução Inglesa*, São Paulo, Ed. Cultrix, 1995.
- SANTOS, L.H. - *FREGE - Vida e Obra* - São Paulo, Ed. Abril (Coleção Os Pensadores), 1989.
- SCHLICK, M. - "The Future of Philosophy", em Richard Rorty *The Linguistic Turn*.
- SCHWARZ, D. - *Naming and Referring: The Semantics and Pragmatics of Singular Terms*, New York, de Gruyter, 1979.
- SCHWARTZ, S. - *Naming, Necessity, and Natural Kinds*, Ithaca, Cornell University Press, 1984.
- SEARLE, J. *Expressão e Significado*, trad. Ana C. Camargo e Ana Luiza M. Garcia, São Paulo, Martins Fontes ed. 1995.
- SEARLE, J. - *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.
- SEARLE, J. - *The Philosophy of Language*, Oxford, Oxford University Press, 1971.
- SIMPSON, T. M. - *Linguagem, Realidade e Significado*, Trad. Paulo Alcoforado, Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 1979.

- STEINBERG, D. & JAKOBOVITS, L. A. (eds.) - *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
- STEGMULLER, W. - *A Filosofia Contemporânea* (Vol. I e II), São Paulo, E.P.U., 1977 .
- STRAWSON, P. F. - *Escritos Lógico-Linguísticos*, Trad. Balthazar Barbosa Filho, São Paulo, Nova Cultural ed., 1989.
- STRAWSON, P. F. - *Philosophical Logic*, Glasgow, Oxford University Press, 1968.
- TUGENDHAT, E. & WOLF, U. *Propedêutica Lógico-Semântica*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997 (trad. Fernando A. da Rocha Rodrigues).
- VENDLER, Z. - *Linguistic in Philosophy*, Ithaca, Cornell University Press, 1974.
- WITTGENSTEIN, L. - *Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, (Trad. M. S. Lourenço).
- WITTGENSTEIN, L. - *Tratado Lógico-Filosófico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, (Trad. M. S. Lourenço).
- ZIFF, P. - *Semantic Analysis*, Ithaca, Cornell University Press, 1960.